



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

VANDERLAN BENTO DOS SANTOS GOMES

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: o
Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista sob a ótica dos egressos

João Pessoa – PB
2017

VANDERLAN BENTO DOS SANTOS GOMES

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: o
Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista sob a ótica dos egressos**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre à Coordenação do Mestrado Profissional Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), dos Centros de Educação e de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana V. S. Diniz

**João Pessoa – PB
2017**

G633p Gomes, Vanderlan Bento dos Santos.
Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego:
o curso de agente de desenvolvimento cooperativista sob a ótica
dos egressos / Vanderlan Bento dos Santos Gomes. –
João Pessoa, 2017.
100 f. : il. -

Orientadora: Adriana V. S. Diniz.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/MPGOA

1. Cooperativismo 2. Aprendizagem Organizacional.
3. Pronatec. 4. Educação Cooperativa. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 334(043)

VANDERLAN BENTO DOS SANTOS GOMES

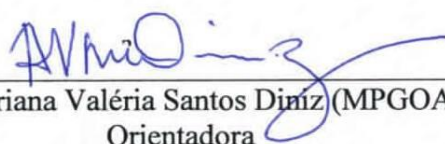
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: o

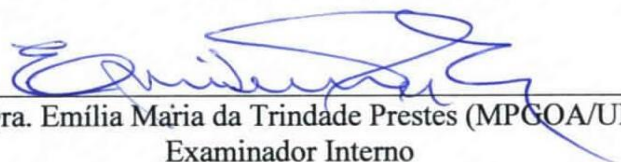
Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista sob à ótica dos egressos

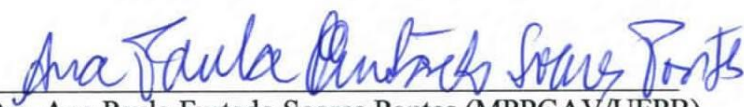
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre a Coordenação do Mestrado Profissional Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), dos Centros de Educação e de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB.

Aprovada em: 15/05/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz (MPGOA/UFPB)
Orientadora


Prof. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes (MPGOA/UFPB)
Examinador Interno


Prof. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes (MPPGAV/UFPB)
Examinador Externo

Dedico este trabalho àqueles que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e contribuíram muito para que eu pudesse realizá-los e ter chegado até aqui, meus amados pais, Valdivan e Marineide.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso Grande Arquiteto do Universo, fonte de glória, bondade e sabedoria, pelas inúmeras dádivas, principalmente por me proporcionar a vida;

Aos meus pais, Valdivan Rodrigues Gomes e Marineide Bento dos Santos, pelo amor, pela dedicação, por sempre me apoiarem em todos os momentos de minha caminhada acadêmica, por me estimularem e valorizarem minha dedicação aos estudos e minha formação;

A todos da Família Rodrigues Gomes que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu alcançasse este objetivo, em especial, a minha avó, Nilza Rodrigues Gomes (in memoriam) e a minha tia (mãe), Marília Bento dos Santos;

Ao meu filho, Vinícius Arley Fernandes Gomes, em especial, por proporcionar tanta alegria em minha vida;

A minha orientadora, a Professora Dr^a. Adriana V. S. Diniz, por sua compreensão, paciência, presteza, atenção e por acreditar, concordar, debater, ensinar, orientar e dividir seu tempo, seus conhecimentos e suas experiências para o desenvolvimento deste trabalho. À senhora, professora, toda a minha estima, gratidão, consideração e agradecimento;

À Universidade Federal da Paraíba, em especial, ao Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, pela oportunidade de mais um aprendizado e conhecimento acadêmico;

A todos os professores e funcionários do MPGOA, por contribuírem para que eu ampliasse meus conhecimentos, e por todos os serviços prestados. Muito obrigado!;

À Prefeitura Municipal de Guarabira, através da Secretaria de Agricultura, na pessoa de Neno do Carrasco, secretário dessa pasta;

À EMATER Regional Guarabira, através do Senhor Jenuíno;

Ao IFPB - Campus Guarabira, à profissional Ticiane e, em especial, aos egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo, que contribuíram com seus depoimentos para a execução desta dissertação;

Aos amigos e colegas do Curso do Mestrado Profissional em Gestão Organizações Aprendentes - UFPB, com quem partilhei essa jornada de aprendizado, companheirismo e consideração, e quem desejo muito sucesso em suas caminhadas;

Por fim, agradeço à vida, que é a maior das bênçãos e que deve sempre ser reverenciada com felicidade.

“Por muitas vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água do mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

Em um mundo de constantes mudanças, da agricultura à tecnologia da informação, o ser humano precisa pensar na importância do seu desenvolvimento social, econômico e ambiental diante de um sistema capitalista pautado na competitividade. Nesse contexto, emerge o PRONATEC como suporte educativo de formação, cuja filosofia de trabalho é chamada de Sistema Cooperativista, organizado por meio da integração dos seus membros, que cooperam e mutuamente aprendem e desenvolvem suas competências. No Brasil, o cooperativismo vem crescendo expressivamente e, no âmbito do segmento agropecuário, já implica, aproximadamente, 25% do PIB, segundo a Embrapa (2014), o que confirma a importância e o fortalecimento desse ramo em nosso país. Essa nova forma de trabalho está organizada a partir da autogestão na perspectiva da gestão democrática, da formação e da informação dos cooperados. O estudo realizado foi ancorado nos pressupostos teóricos de Paul Singer (2002), no Manual do Cooperativismo da OCB, do autor Albino Gawlak (2010), na aprendizagem organizacional, de Fleury (2007), na Lei 12.513/2011 e em Dewey (1979), com a educação cooperativa. A pesquisa objetivou analisar as contribuições para os alunos egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Campo, realizado em Guarabira, no estado da Paraíba, no tocante à aprendizagem organizacional e cooperativista. Quanto aos critérios metodológicos, trata-se de um estudo de caso do tipo exploratório-descritivo, apoiado em uma abordagem qualitativa. Realizaram-se análise documental e entrevistas semiestruturadas com 31 alunos egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo. Quanto aos instrumentos utilizados para estudar os processos e os produtos usados em pesquisa qualitativa, Triviños (1995) enfatiza a utilização de entrevista no enfoque, porque, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias. Em relação aos resultados, constatamos que todos os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo alcançaram a aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural, e desenvolveram em sua formação trabalhos coletivos e práticas dinâmicas. Quanto à contribuição do curso, o estudo evidenciou sua importância para os egressos e para a comunidade no contexto da atuação profissional depois de concluírem o curso. No entanto, eles não conseguiram se inserir no ramo do cooperativismo, por não formarem cooperativas nem terem suportes de alguma entidade. Por fim, para melhorar o desenvolvimento dos egressos participantes do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, é preciso apoio de uma entidade que continue o trabalho, para que eles possam colocar em prática sua formação em sua comunidade de origem. Pretendemos deixar um legado nos campos social, político, acadêmico e institucional e propor melhorias, sugestões e soluções para os problemas evidenciados no decorrer da realização do estudo.

Palavras-chave: Cooperativismo. Aprendizagem organizacional. Pronatec. Educação cooperativa.

ABSTRACT

In a world of constant change, from agriculture to information technology, the human being has to think about the importance of its social, economic and environmental development in the face of a capitalist system based on competitiveness. In this context, a new form of working philosophy called Cooperative System emerges, organized from the integration of its members, who cooperate and mutually learn and develop their skills. In the Brazilian case, cooperativism has been growing significantly and, in the agricultural sector, it already implies approximately 25% of GDP, according to Embrapa (2014), highlighting the importance and strengthening of this branch in our country. This new form of work is organized from self-management in the perspective of democratic management, training and information of the cooperative. The study was anchored in Paul Singer (2002), in the OCB Cooperative Manual by author Albino Gawlak (2010), organizational learning with Fleury (2007) and Dewey (1979) with Cooperative Education. For this, this research had the role of analyzing the contributions to the students of the Cooperative Development Agent Course of the National Program of Access to Technical Education and Field Employment, held in Guarabira, State of Paraíba, regarding organizational learning and Cooperative. As for the methodological criteria, it is characterized as an exploratory-descriptive case study, supported by a qualitative approach, documental analysis and semi-structured interviews were carried out with 31 students from the Carrasco and Caboclo sites. As for the instruments used to study the processes and products used in qualitative research, Triviños (1995) emphasizes the use of interview in the focus, because at the same time that it values the presence of the researcher, it offers all possible perspectives for the informant to reach Freedom and the necessary spontaneity. Regarding the results, we verified that all the graduates from the Carrasco and Caboclo sites succeeded in their organizational learning, in the practice of rural cooperativism, in which they developed in their formation, collective work and practical dynamics. Concerning the question of the contribution of the course, it is understood its importance for the graduates and the community, in the context of the professional performance after the end of the course. However, these graduates were not able to join the branch of cooperativism, because they did not form cooperatives and did not have support from any entity. Finally, for a better development of the graduates participating in the Cooperative Development Agent course, it is necessary, in fact, a support from an entity that continues the work so that they can put into practice their training after course held in their community of origin . It is intended to leave a legacy in the social, political, academic and institutional field, so that improvements, suggestions and solutions can be proposed to the problems evidenced in the course of the study.

Key words: Cooperativism. Organizational learning. Pronatec. Cooperative education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos do PRONATEC no estado da Paraíba.....	24
Tabela 2 – Quantitativo de oferta de cursos x acesso em 2012 por campus.....	25
Tabela 3 – Quantitativo de oferta de cursos x acesso em 2013 por campus.....	26
Tabela 4 – Quantitativo de oferta de cursos x acesso em 2014 por campus.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de demandantes.....	25
Quadro 2 – Matriz Curricular – Formação profissional.....	31
Quadro 3 – Quadro de respostas – Egressos dos Sítios 1 e 2.....	58
Quadro 4 – Indicadores sociais, representação política e atividade econômica.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC.....	20
Figura 2 – Panorama geral de matrículas nos 3.535 municípios.....	23
Figura 3 – Projeção de unidades remotas do PRONATEC Guarabira 2014.....	28
Figura 4 – Localização geográfica do município de Guarabira-PB.....	62
Figura 5 – Mapa dos municípios que se limitam com Guarabira-PB.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos egressos.....	71
Gráfico 2 – Sexo dos egressos.....	71
Gráfico 3 – Estado civil dos egressos.....	72
Gráfico 4 – Escolaridade.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI –	Aliança Cooperativa Internacional
CEFET –	Centro Federal de Educação Tecnológica
EMATER –	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO –	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIC –	Formação Inicial e Continuada
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPB –	Instituto Federal da Paraíba
INCEPS –	Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários
LDBEN –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTE –	Ministério de Trabalho e Emprego
OCB –	Organização das Cooperativas do Brasil
OCE –	Organização das Cooperativas do Estado
PEA –	População Economicamente Ativa
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATEC –	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE –	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES –	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR –	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP –	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UFPB –	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO.....	18
2.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA.....	32
2.3 A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL.....	43
2.4 A EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOB A ÓTICA DE JOHN DEWEY.....	49
3 METODOLOGIA.....	57
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: coleta e análise dos dados.....	60
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	69
4.1 PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO FIC.....	70
4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS APRENDIZAGENS.....	73
4.3 ATUAÇÃO PÓS-CURSO E INSERÇÃO NO COOPERATIVISMO.....	81
4.4 AS CONTRIBUIÇÕES DO PRONATEC PARA O COOPERATIVISMO RURAL.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A.....	96
APÊNDICE B.....	98

1 INTRODUÇÃO

No mundo competitivo, em pleno Século XXI, as organizações vêm adotando ferramentas para melhorar continuamente o processo de trabalho, a fim de que possam desfrutar de resultados mais eficazes visando a lucros de forma eficiente. Com o avanço da tecnologia, essas organizações exigem profissionais proativos e que saibam operar as máquinas de forma dinâmica e prática. Mas, os empresários devem entender que os avanços cada vez mais ágeis fazem com que esses profissionais possam ser capacitados manusear com eficácia os instrumentos para dar os resultados que as empresas esperam.

Nesse sentido, esta pesquisa foi um alicerce de nossa experiência no Programa de Política Pública Nacional, chamado de PRONATEC, criado em 2011 e que estabeleceu cursos de formação inicial continuada para um grupo de pessoas trabalhadoras, estudantes que pudessem aprender de maneira coletiva ou individual os valores e os princípios do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista.

O interesse em desenvolver este estudo, intitulado “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista sob a ótica dos egressos” se justifica pelo fato de o cooperativismo ser uma área em que trabalhamos desde o Curso de Graduação em Administração com habilitação em Cooperativismo e Agroindústria e por participar de alguns projetos de extensão promovidos pela Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários da UFPB de Bananeiras, em que atuamos com trabalhos na linha de cooperativismo e economia solidária em comunidades rurais da região.

Outro fator determinante para essa escolha foi a experiência de ter montado o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista e ministrado aulas de Cooperativismo no PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC - promovido pelo IFPB de Guarabira, onde atuamos como professor substituto no Curso de Gestão Comercial por dois anos (2012 a 2014).

A escolha por trabalhar com a área de formação, de capacitação e de aprendizagem do PRONATEC FIC também teve a influência do Mestrado Profissional em Organizações Aprendentes – MPGOA - da Universidade Federal da Paraíba. Essa experiência faz surgir uma inquietação sobre como é importante o Mestrado profissional na vida dos profissionais das organizações que aprendem, pois são esses colaboradores que dão os feedbacks para a organização de forma eficiente.

Com trabalho científico, pretendemos deixar um legado nos campos social, político, acadêmico e institucional, para que outras pesquisas referentes à temática do estudo possam ser desenvolvidas, e propor soluções para os problemas evidenciados no decorrer de sua realização.

No mundo da competitividade, as organizações procuram pessoas com o capital intelectual cada vez mais eficaz para exercer suas funções de maneira minimizadora de desperdícios de tempo e recursos financeiros no ambiente organizacional. Mas, para chegar a esse ponto, as empresas e os empreendedores precisam dar um suporte aos seus colaboradores com treinamentos e capacitações, e a aprendizagem é uma ferramenta que pode contribuir para melhorar o processo de trabalho.

Nesse contexto, entendemos que o homem do campo, além dos saberes tecidos em sua experiência de vida, precisa de capacitação e de treinamento específico com os processos de ensino e aprendizagem voltados para a realidade deles.

A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre o PRONATEC e suas colaborações no mundo social. Trata-se de um programa que aplica suas benfeitorias para as pessoas que necessitam de um desenvolvimento intelectual e profissional com o suporte da aprendizagem organizacional no contexto do curso voltado para a pessoa do campo.

No ano de 2011, o PRONATEC surgiu para dar oportunidades às pessoas que queriam se qualificar para colocar em prática o que foi apreendido na teoria em sua formação. Mas foi em 2012 que apareceram as primeiras demandas dos Cursos FIC para o IFPB de Guarabira, que, por ser uma região de grande influência comercial e agropecuária, a EMATER, junto com algumas Associações de Trabalhadores Rurais, articulou alguns encontros e negociou com o Instituto Federal um curso voltado para a realidade da pessoa do campo.

Assim, o coordenador do PRONATEC do IFPB Guarabira teve o devido contato com essas entidades e fecharam a parceria com o Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista para as comunidades rurais daquela região do município-sede. Essa demanda fez despertar nas comunidades rurais uma oportunidade de obterem uma capacitação em seu local de origem para, primeiro, resgatar sua cidadania, segundo, receberem uma formação direcionada para a filosofia cooperativista, de modo que pudessem compreender os fundamentos e as metodologias do Cooperativismo, e, terceiro, a certificação de conclusão de Curso para poderem se inserir no mercado de trabalho com dignidade e respeito. Some-se a isso o fato de poderem entender a importância da aprendizagem organizacional no ambiente cooperativista, porquanto, para um trabalho cooperativo, é necessário compreender e

desenvolver o potencial individual e coletivo, interagindo nas aulas de maneira participativa e democrática.

As primeiras comunidades rurais da cidade-sede contempladas com o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, promovido pelo PRONATEC do IFPB Campus Guarabira, foram os Sítios Carrasco, Caboclo e Tananduba. O curso foi realizado nos anos de 2013 e 2014, com média de 30 alunos por curso. Os dois primeiros sítios foram referência para o devido estudo. O curso ofertado pelo IFPB de Guarabira provocou a comunidade para enxergar a importância de uma educação voltada para o Cooperativismo, em que a pessoa do campo pudesse trabalhar em sua comunidade de forma autogestionária, sem patrões, mas com vários gestores de si mesma.

Para os demandantes, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER e o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista foi contemplado de acordo com a real necessidade de incluir socialmente o homem do campo e fixá-lo em sua localidade de origem e de gerar trabalho e renda na própria comunidade, a fim de fortalecer, primeiramente, a subsistência, e no decorrer do processo, expor seus produtos nas feiras do município. Devido a essa necessidade, para nortear esta pesquisa, delimitamos a seguinte questão-problema: Quais as contribuições do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC em Guarabira, no estado da Paraíba, para os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo, no tocante à aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural?

Tendo como base nessas questões, definimos os seguintes objetivos que nortearam a pesquisa:

1.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar as contribuições do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC em Guarabira, no estado da Paraíba, para os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo, no tocante à aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Levantar o perfil dos egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, no tocante à idade, ao sexo, ao estado civil e à escolaridade;

- Identificar as contribuições do Curso para a aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural, e verificar a atuação profissional dos alunos depois de concluírem o curso e a inserção no âmbito do Cooperativismo na cidade de Guarabira.

No que diz respeito à estrutura, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. No *primeiro*, apresentamos a justificativa, a problemática, os objetivos que pretendemos alcançar e a escolha do objeto de estudo em foco, além evidentemente da estruturação do estudo.

No *segundo*, a fundamentação teórica, com base em autores que estudam as variáveis elucidadas, como: Gawlak (2010), Paul Singer (2002), Fleury (2004), Lei nº 12.513 (2011), Dewey (1979) e outros. Na sequência, trazemos uma abordagem sobre o PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO, os Dados Nacionais de Matrículas do PRONATEC (2011 a 2014), os investimentos, os demandantes, os cursos e as matrículas do PRONATEC, o PRONATEC Guarabira e o PPC FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Cooperativismo no Brasil e na Paraíba, a Aprendizagem Organizacional, o PRONATEC, o PPC FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista e a Educação Cooperativa na ótica de John Dewey.

No *terceiro capítulo*, apresentamos os caminhos metodológicos da pesquisa, sua caracterização, os procedimentos para a coleta e a análise dos dados na unidade de análise e de observação, o tratamento e a análise dos dados coletados, com base nos depoimentos obtidos nos questionários e nas entrevistas, e o desenho da pesquisa, mostrando os alunos egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo, além das Associações de Trabalhadores Rurais dos sítios mencionados. Adiante, descrevemos o Sítio Carrasco e o Caboclo e apresentamos a caracterização do município de Guarabira – PB, *locus* social da pesquisa.

O *quarto* e último capítulo traz os resultados obtidos através dos dados coletados, utilizando como procedimento de abordagem a análise de discussão, a fim de analisar como os alunos egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo, através do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, tiveram suas contribuições garantidas depois do término do Curso FIC do PRONATEC IFPB Guarabira no local de origem.

Por fim, vêm as considerações finais e as sugestões para outras pesquisas referentes à temática pesquisada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, tecemos algumas considerações sobre os pressupostos teóricos dos principais autores adotados neste trabalho e o conhecimento nas áreas específicas apresentadas, como o PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO, os Dados Nacionais de Matrículas do PRONATEC (2011 a 2014), investimentos, demandantes, cursos e matrículas do PRONATEC Paraíba, o PRONATEC Guarabira e o PPC FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, o COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA, A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL e a EDUCAÇÃO COOPERATIVA NA ÓTICA DE JOHN DEWEY.

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi instituído no dia 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.513/2011, durante o governo da Presidente Dilma Rousseff. O programa foi criado com os seguintes objetivos:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de Cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de Cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, Lei 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011).

A mesma lei que instituiu o PRONATEC expõe que há um público que será atendido prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores; III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, Lei 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011).

Entre os trabalhadores que estão referidos no inciso II, estão pescadores, agricultores familiares, aquicultores, silvicultores e extrativistas. Para as pessoas com deficiência, será estimulada a participação tanto nas referidas ações de educação tecnológica quanto nas de caráter profissional. Para isso, serão verificadas as condições de acessibilidade dessas pessoas, considerando os equipamentos, os materiais pedagógicos e a estrutura física, para que o aluno participe ativamente do ambiente onde serão oferecidas as aulas. Nessa mesma condição de estipulação de participação, entrarão as mulheres que são responsáveis pelas chamadas unidades familiares, que são as beneficiárias dos programas federais, como os de transferência de renda. Nessas ações, serão contemplados também jovens e adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, além de comunidades quilombolas e povos indígenas.

O Artigo 4º da lei que instituiu o PRONATEC descreve as ações que desenvolveram o programa:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsa formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa; VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego. X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, Lei 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011).

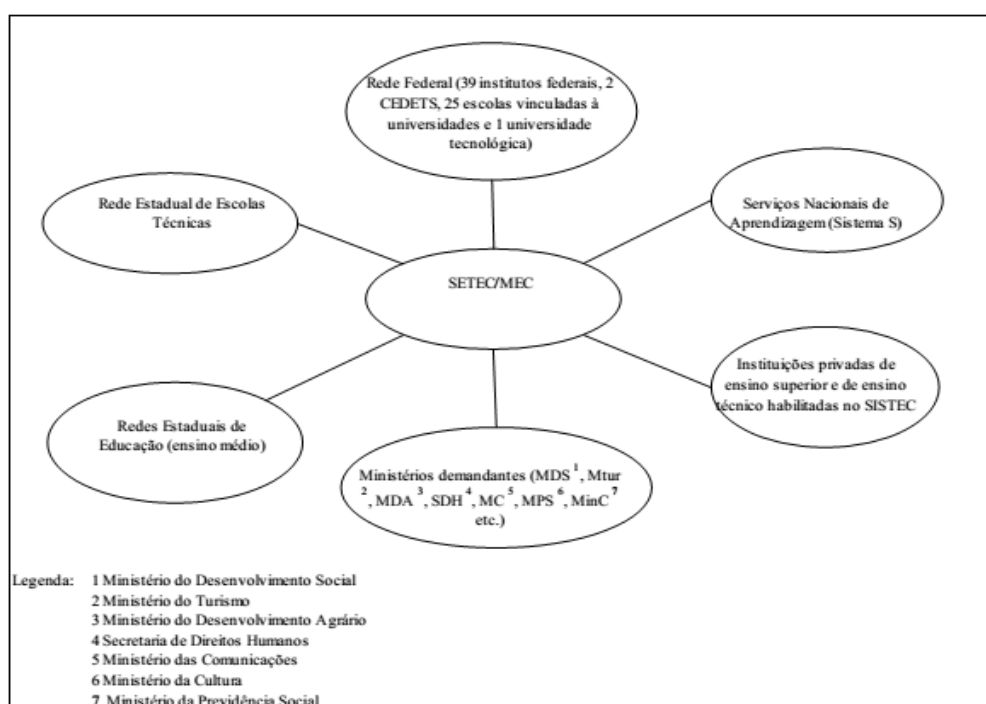
A chamada Bolsa-formação Estudante foi aplicada aos estudantes com perfil descrito no art. 2º dessa lei, para os cursos na forma integrada, concomitante ou subsequente de educação técnica de nível médio. A Bolsa-formação Trabalhador será destinada aos trabalhadores e aos beneficiários de programas federais, como os de transferência de renda, nos Cursos de Formação Continuada ou inicial, e os de qualificação profissional.

O Art. 5º da lei descreve as duas modalidades de cursos que o programa oferece: a primeira envolve os cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada ligados ao Ministério da Educação, que deverão ter como carga horária mínima 160 horas; a segunda, os cursos de educação profissional tecnológica de nível médio, que seguirão

diretrizes do Conselho Nacional de Educação e são organizados pelo Ministério da Educação. A primeira modalidade de curso será a utilizada para o proposto estudo.

A lei ainda dispõe sobre a transferência dos recursos financeiros que serão feitos às instituições tanto de educação profissional quanto tecnológica, de redes públicas estaduais, municipais, e aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, que incluem o Sistema S, os Institutos Federais, os Cefets e as Escolas Agrotécnicas Federais, apresentados na figura a seguir:

Figura 1 – Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC



Fonte: Adaptado de CASSIOLATO; GARCIA, 2014.

A mesma lei diz que esses valores serão referentes às bolsas-formação que os alunos receberão por hora/aula estudada no decorrer do curso. Como consequência dessa bolsa-formação, o estudo desenvolvido foi apresentado para uma comunidade rural de Guarabira, na modalidade do PRONATEC CAMPO.

O PRONATEC CAMPO surgiu no ano de 2011, para atender a uma demanda específica voltada para uma população oriunda da zona rural, para que tivesse uma oportunidade de adquirir uma formação primeiramente humana e, depois, profissional para o ambiente de trabalho. A modalidade Pronatec Campo é demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que é responsável por mobilizar as bases e levantar o

público interessado em fazer os cursos. O MDA também é o responsável por buscar os ofertantes e fazer a pactuação com o MEC para que os cursos sejam oferecidos.

O Pronatec Campo é um meio de geração de cursos de formação profissional para os diversos públicos da agricultura familiar: agricultores (as) familiares, assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, vazanteiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, extrativistas, caiçaras, entre outros. Esse programa tem o objetivo geral de promover espaços de qualificação profissional de agricultores e agricultoras, com o fim de integrar as demais políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário, e os seguintes objetivos específicos: qualificar o acesso às políticas públicas de inclusão social e produtiva no meio rural; oportunizar a inclusão socioprodutiva e econômica dos/as agricultores/as familiares, priorizando as juventudes do campo e focando na integração da formação com as estratégias de desenvolvimento rural sustentável e solidário; estimular o intercâmbio de conhecimentos, adotando os princípios da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural sustentável; apoiar o desenvolvimento de metodologias para promover processos de diversificação da produção e a transição agroecológica; priorizar a produção para garantir a segurança alimentar e nutricional da família e da comunidade; agregar valor às produções para melhorar a renda familiar; criar oportunidades para o/a jovem permanecer no campo e fortalecer os processos de sucessão na agricultura familiar; qualificar a gestão das unidades de produção familiar, cooperativas e agroindústrias e promover a organização social e produtiva e o acesso a mercados institucionais e privados.

O PRONATEC Campo oferece uma grande quantidade de cursos, tanto para a modalidade de qualificação profissional básica (os Cursos FIC), quanto para a de Cursos Técnicos, a saber: de Açaicultor, Agricultor Orgânico, Apicultor, Auxiliar Técnico em Agroecologia, Avicultor, Agente Cultural, Auxiliar Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar de Fiscalização Ambiental, Agente de Alimentação Escolar, Agente de Projetos Sociais, Artesão de Cerâmica, Horticultor, Bovinocultor de Leite, Cafeicultor, Piscicultor, Operador de Trator de Pneu, Jardineiro, Marceneiro Pedreiro de Alvenaria, Operador de Beneficiamento de Café, Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças, Produtor de Derivados do Leite, Condutor Ambiental Local, Produtor de Embutidos e Defumados, Viveirista, entre outros.

Os Cursos técnicos ofertados são: Técnico em Agroecologia, Técnico em Administração, Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária, Técnico em Cooperativismo, Técnico em Zootecnia, entre outros.

Ao apresentar o Guia de Cursos PRONATEC FIC, que visa ser um instrumento de consolidação de uma política pública que busca aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação, o MEC (2012) argumenta que o Guia representa mais do que o cumprimento de uma obrigação formal, é, também, a consolidação - em escala nacional - de uma estratégia de desenvolvimento que se recusa a desvincular a qualificação profissional de trabalhadores da elevação da escolaridade.

Assim, o Guia PRONATEC pretende ser um instrumento não tão somente de fomento ao desenvolvimento profissional, mas também de inclusão, de promoção do exercício da cidadania. É observado que só os cursos listados no Guia poderão ser ofertados no âmbito do programa. A lista é atualizada periodicamente, mediante consulta aos parceiros ofertantes da Bolsa Formação.

A seguir, apresentamos o número nacional de acesso ao PRONATEC.

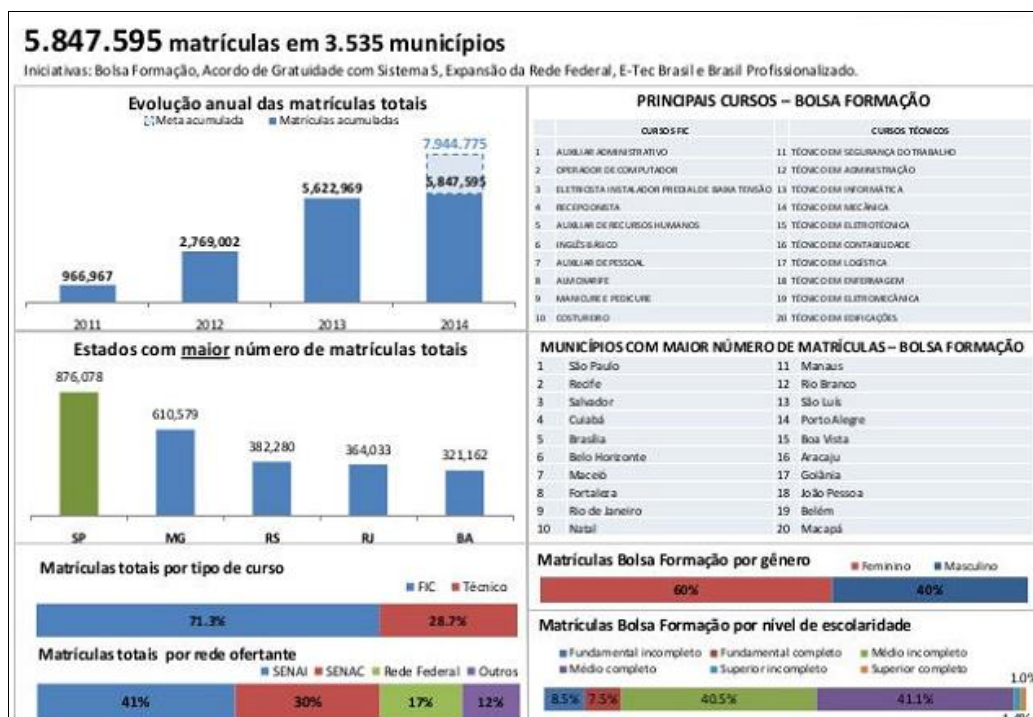
2.1.1 Dados nacionais de acesso ao PRONATEC (2011 a 2014)

Segundo dados do Governo Federal, do lançamento, em 2011, até o final de 2014, o PRONATEC obteve como resultados o crescimento de acesso, a expansão física de redes públicas e melhorias na estruturação pedagógica dos cursos. O número de acesso chegou a mais de oito milhões — 2,3 milhões em cursos técnicos e 5,8 em cursos de formação inicial e continuada (FIC). Mais de quatro mil municípios foram atendidos, com cerca de 200 cursos técnicos e 600 Cursos FIC. A meta oficial é de atingir 18 milhões de acesso até 2018.

O MEC aponta que a taxa de abandono dos cursos do programa é de 13%, e o total de alunos que não avançam no curso é de 7,5%, para formação inicial e continuada, e de 2,8%, para técnicos de nível médio.

Com a alteração da Lei nº 7.998, de 1990, a União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em Curso de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

A Figura 2, abaixo, mostra um panorama geral de acesso nos 3.535 municípios:

Figura 2 – Panorama geral de acesso nos 3.535 municípios

Fonte: SETEC/MEC (2014).

O número de acesso realizado é obtido no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC - do Ministério da Educação. Conforme informação constante no Relatório de Auditoria Anual de Contas – 2013, de agosto/2014, realizada pela Controladoria Geral da União – CGE no PRONATEC Bolsa-formação, atualmente só a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - consegue visualizar dados gerenciais do programa de forma integrada, tais como: número de acesso por estado; número de acesso por eixo tecnológico e número de acesso por rede de ensino. Os demais usuários do sistema não usam essa ferramenta.

Importante salientar que, a exemplo do que ocorre com os cursos ofertados na modalidade a distância (EaD), o diploma pode não fazer menção à forma de oferta (presencial; semipresencial, concomitante, subsequente ou a distância), tampouco se foi concluído com recursos próprios, FIES ou Bolsa-formação do PRONATEC. Cassiolato e Garcia (2014) afirmam que os cursos da Bolsa Formação Trabalhador apresentam atividades (transversais) de integração entre as pessoas e de orientação profissional que podem ser dadas em qualquer período do curso e que visam integrar o beneficiário à instituição e trabalhar a autoestima do indivíduo para que se ampliem mais suas possibilidades de conseguir emprego, o que é um ponto de partida para sua inserção no mercado de trabalho.

A seguir, apresentamos a realidade do Pronatec na Paraíba a respeito de investimentos, demandantes, cursos e acessos operacionalizando um alicerce para os indivíduos participantes do programa.

De acordo com instrumento citado anteriormente, o IFPB Campus Guarabira foi contemplado, em 2012, com o Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista.

2.1.2 Investimentos, demandantes, cursos e matrículas do PRONATEC Paraíba

Do ponto de vista dos investimentos, ressalta-se o auxílio do Governo Federal para os participantes do Pronatec, chamado de Bolsa-formação, a respeito de cuja criação, instituída por meio da Portaria MEC nº 1.569/2011, Saldanha (2012, p. 7) informa que “vai além das redes públicas e inclui as unidades de serviços nacionais de aprendizagem, como o Serviço Nacional do Comércio (Senac) e o Serviço Nacional de Indústria (Senai)”. Essa ação visa viabilizar substancialmente a operacionalização do programa através de recursos físicos/financeiros. Logo adiante, podem-se visualizar os valores investidos no Brasil e na Paraíba.

Tabela 1 – Investimentos do PRONATEC no estado da Paraíba

Ano	Valores (em reais)
2011	R\$ 1.790.283.905,35
2012	R\$ 2.781.050.047,97
2013	R\$ 3.927.484.946,05
2014	R\$ 5.501.181.100,63

Fonte: Setec/MEC -2014

Os dados acima apontam a alavancagem de investimento no programa com o passar dos anos, desde sua criação em 2011. Essa magnitude de recursos, segundo a Tabela 1, foi de, aproximadamente, R\$ 14.000.000,00 acumulados.

O sistema de oferta de cursos foi criado através de instituições demandantes, como exemplifica o quadro 2, que solicitam a oferta de cursos das instituições e selecionam os beneficiados para participarem dos cursos promovidos. Já os ofertantes, como o IFPB, por exemplo, oferecem suas instalações e pessoal para a execução dos cursos previstos no programa (IFPB, 2015).

Quadro 1 – Lista de demandantes

Demandantes	Ofertante
Secretarias do Estado	IFPB – Campus João Pessoa
Prefeitura Municipal de João Pessoa	
Ministério do Turismo	
Ministério do Trabalho	
Ministério do Desenvolvimento Social	

Fonte: Pronatec IFPB - 2015

No IFPB, o Pronatec iniciou suas atividades no ano de 2012, através da oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são de pequena duração e visam à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica, como estabelece o Art. 3º da Lei 11.892/2008 (IFPB, 2015).

O sistema de ofertas de cursos (FIC), para o público-alvo do programa, funciona através de demanda-oferta. No caso do IFPB, recebe demandas para ofertar Cursos FIC, então as entidades da tabela 2, abaixo, solicitam os cursos e enviam os beneficiários que serão atendidos pelos cursos do ofertante.

Inicialmente, foram apresentados documentos com informações sobre a execução do programa pela coordenação do programa, no sentido de ambientar sua magnitude para o IFPB, em termos de quantitativo de indivíduos atingidos pelas ações do programa. Uma série histórica foi iniciada a partir do ano de 2012 até o mês de outubro de 2014, como demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 2 – Quantitativo de oferta de cursos x acessos em 2012 por campus

CAMPUS	Nº de vagas pactuadas para o IFPB	Número de acessos	Percentual Pactuadas x acessos (%)
João Pessoa	1.210	934	77,19
Campina Grande e suas unidades remotas	680	415	61,03
Cajazeiras	200	191	95,50
Sousa e suas unidades remotas	660	587	88,94
Cabedelo	280	298	106,43
Picuí	100	103	103,00
Monteiro	80	80	100,00
Patos	120	112	93,33

Princesa Isabel	80	88	110,00
Guarabira e suas unidades remotas	180	142	78,89
TOTAL	3.590	2.950	82,17

Fonte: Pronatec/Sistec - 2014

Os dados acima apresentados refletem um grande empenho na execução das vagas pactuadas, durante o primeiro ano do programa, atingindo uma magnitude de 77,19 % das pactuadas com o MEC. A principal e possível explicação para a não plenitude da pactuação de vagas a serem acessadas deveu-se ao fato de o planejamento ter sido feito em descompasso com a realidade da estrutura física do (IFPB), já que o quantitativo de salas disponível para a execução das turmas foi aquém do pactuado.

Tabela 3 – Quantitativo de oferta de cursos x acessos em 2013 por campus

CAMPUS	Nº de vagas pactuadas para o IFPB	Número de acessos	Percentual Pactuadas x acessos (%)
João Pessoa	3.755	2.241	59,68
Campina Grande e suas unidades remotas	580	577	99,48
Cajazeiras	308	310	100,65
Sousa e suas unidades remotas	680	578	85,00
Cabedelo	840	774	92,14
Picuí	360	319	88,61
Monteiro	410	240	58,53
Patos	330	244	73,94
Princesa Isabel	270	227	84,07
Guarabira e suas unidades remotas	280	279	99,64
TOTAL	7.813	5.789	74,09

Fonte: Pronatec/Sistec (2014).

No ano subsequente, apresentado na tabela 4 e, seguindo a série histórica cedida pela coordenação geral do programa, o índice foi muito satisfatório quanto à execução das vagas pactuadas em termos de acessos, pois houve uma “explosão” no quantitativo de vagas pactuadas no MEC. Ao observar os totais da série histórica, vimos que existiu uma expansão de aproximadamente seis vezes do quantitativo de acessos efetuados em 2012.

Tabela 4 – Quantitativo de oferta de cursos e acessos em 2014 por campus

CAMPUS	Nº de vagas pactuadas para IFPB	Número de acessos	Percentual de pactuadas x acessos (%)
João Pessoa	2.596	2.107	81,16
Campus avançado de Pedras de Fogo	120	120	100,00
Campina Grande e suas unidades remotas	1.294	1.354	104,64
Campus avançado de Areia	80	80	100,00
Cajazeiras	360	358	99,44
Sousa e suas unidades remotas	2.140	1.502	70,19
Cabedelo	904	878	97,12
Picuí	800	720	90,00
Monteiro	540	409	75,74
Patos	510	428	83,92
Princesa Isabel	1.148	762	66,38
Guarabira e suas unidades remotas	1.586	1.573	99,18
TOTAL	12.078	10.291	85,20

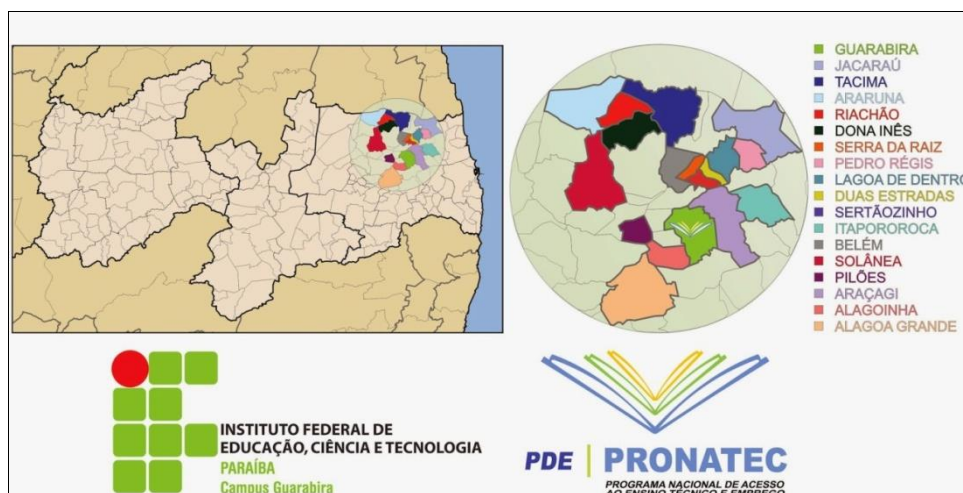
Fonte: Pronatec/Sistec (2014)

Os dados obtidos e dispostos na tabela 4 demonstram o alargamento na oferta de vagas pactuadas em 2014 com o Ministério da Educação e que estão em um nível bastante satisfatório, com 85,2 % de execução da meta estabelecida pelo (MEC). O objetivo é a execução plena, isto é, 100% da pactuação anual. Isso demonstra um crescimento na eficiência da execução dos acessos durante a série histórica de 2012 a 2014.

Ainda se tratando de acessos, o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista dos Sítios Carrasco e Caboclo foi contemplado, segundo o Sistec (2014), com 70 vagas - 66 acessos e 52 concluintes. Nesse contexto, houve um avanço na procura dos alunos e das prefeituras de cidades vizinhas por outros cursos na parceria com o PRONATEC do IFPB Guarabira. Nesse contexto, houve uma projeção de novas unidades remotas para os trabalhos continuarem.

A Figura 3 apresenta a projeção das unidades remotas que foram contempladas com os Cursos FIC em Guarabira.

Figura 3 – Projeção de unidades remotas do PRONATEC Guarabira - 2014



Fonte: PRONATEC/IFPB GURABIRA -2014

Segundo matéria publicada pela jornalista institucional do IFPB, Ana Carolina (2014), o diretor administrativo do campus e coordenador financeiro do programa, Leewertton Marreiro, relata que “essa iniciativa consolidará espaços importantes de absorção de mão de obra qualificada para nossos alunos. As prefeituras são agentes fundamentais para aproveitarem as respectivas expertises, promovidas pelos Cursos técnicos e tecnológicos que o campus oferece ao brejo paraibano”. Ticiania Cunha destacou que “o Pronatec Guarabira tem sido o principal vetor de divulgação do nome IFPB e das ações desse campus no brejo paraibano. Por causa dessa influência, sentimos a necessidade de aproveitar essa força para beneficiar nossos alunos de cursos regulares, no sentido de apresentarem ao mercado de trabalho”. Ainda de acordo com os coordenadores do Pronatec Guarabira, os diretores do campus aprovaram a ideia e já confirmaram apoio ao evento em prol de novos Cursos do PRONATEC, que ainda está em fase de planejamento e de contato com os respectivos secretários municipais de administração.

Em Guarabira, nos anos de 2013 e 2014 o PRONATEC atuou com oferta de Cursos FIC presenciais e atuou também em Pilões, Duas Estradas, Serra da Raiz, Araruna, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Dona Inês, Belém, Tacima, Sertãozinho, Riachão, Solânea, Pedro Régis, Jacaraú, Itapororoca e Lagoa de Dentro. Em 2014, mais de 1400 alunos foram certificados. Estudos internos afirmam que o programa tem uma das menores taxas de evasão na rede IFPB.

No próximo item, tecemos considerações sobre o Pronatec Guarabira e o PPC FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista.

2.1.3 PRONATEC-Guarabira e o PPC-FIC de agente de desenvolvimento cooperativista

O Pronatec Guarabira consolidou-se em 2012 com o suporte dos Cursos FIC, que foram contemplados para atender à demanda da região do agreste para capacitar as pessoas que não tinham oportunidade e recursos financeiros para se qualificar. Devido a essa situação, o IFPB criou o Plano Pedagógico de Curso – FIC para atender à comunidade de forma coerente e eficaz e iniciar a formação inicial e a continuada promovidas pelo programa inserido na ação de política pública como melhoria e desenvolvimento das pessoas para o mundo do trabalho.

O PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO – FIC do IFPB Campus Guarabira é regido pela Resolução nº 111, de 14 de junho de 2012, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Oferta dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Segundo o PPC (2012), a cidade de Guarabira-PB, juntamente com o IFPB, foi contemplada com o Curso FIC Agente de Desenvolvimento Cooperativista, que faz parte do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios com pactuação para 2013. Esse município e suas cidades circunvizinhas, por estarem em uma região fortemente marcada pela presença de seguimentos do ramo comercial e agropecuário, teve o privilégio de trabalhar nessa área do conhecimento, e o primeiro sítio foi o Carrasco. O curso, na modalidade FIC/qualificação, foi oferecido por causa da real necessidade de capacitar as pessoas da região para atender às demandas locais e regionais de Guarabira e áreas circunvizinhas.

Para isso, o curso teve os seguintes objetivos:

- Formar o profissional para atuar na formação, no desenvolvimento e na gestão de cooperativas do setor comercial e do agropecuário, planejando e executando os processos cooperativos nas diversas áreas de atuação da região e das áreas circunvizinhas;
- Formar e desenvolver cooperativas, fundamentado nos princípios éticos e políticos;
- Atuar na gestão de contratos de cooperativas e assegurar o cumprimento da legislação trabalhista;
- Prestar assistência e serviços a cooperativas e atuar como fundador de cooperativas convicto de um espírito de empreendedor;

- Executar pesquisas em cooperativismo e contribuir com a reflexão e a ampliação da atuação, dos princípios e das finalidades do Cooperativismo.

O curso tem uma carga horária total de 240 horas: 180 para a formação profissional, e 60, complementares. Sua duração é de, aproximadamente, quatro meses, com vagas para 30 alunos e a quantidade de turmas ofertadas. No caso da Bolsa-formação Estudante, os critérios de acesso são definidos pela Secretaria da Educação do Estado, e a escolaridade exigida foi o Ensino Médio incompleto. A forma de acesso (processo de seleção) foi definida pela 2ª Gerência Regional de Ensino – GRE - de Guarabira, referindo-se aos trinta primeiros inscritos, com o respaldo da Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, relativo às demandas do MDS e M.T.E.

O perfil profissional do egresso foi denominado pela função de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, e os critérios de avaliação consideraram as avaliações continuadas e de competências, conforme consta na Resolução CS/IFPB nº 111, de 14 de julho de 2012.

Na descrição dos equipamentos utilizados não foi colocado nenhum instrumento, com relação às instalações foram colocadas salas de aulas, biblioteca, refeitório, banheiros, sala de professores e sala de apoio ao aluno e ao professor. Nas salas de aula, há quadro branco, retroprojetores, mesa para o professor, carteiras, computadores online, climatizadores de ambientes, datashow e caixas de som para PC, no laboratório, para as aulas laboratoriais (práticas), em lojas, bancos e feiras da região.

Em relação à assistência estudantil, os alunos tinham direito a vale transporte, lanche, material didático e fardamento. Quanto aos certificados, são emitidos pelas coordenações de extensão do IFPB, Núcleo Avançado de Guarabira, e registrados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFPB. O quadro de pessoal era composto de um supervisor local, um apoio técnico- administrativo e dez docentes, portanto, 12 profissionais.

O quadro 2 - da Matriz Curricular – contém as disciplinas específicas.

Quadro 2 – Matriz Curricular – Formação profissional

MATRIZ CURRICULAR	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
DISCIPLINA/MÓDULO	CARGA HORÁRIA (h)
Fundamentos do Cooperativismo	30
Legislação Cooperativista	30
Administração de Empresas Cooperativistas	30
Direito do Consumidor	30
Projeto de Empresas Cooperativistas (Empreendedorismo)	30
Motivação e Trabalho em Equipe	30
Subtotal	180
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
Leitura e Produção de Textos	15
Inglês Instrumental	15
Ética e Cidadania	15
Relações Interpessoais	15
Subtotal	60
TOTAL	240

Fonte: Pronatec IFPB Guarabira - 2014

As disciplinas que estão no quadro acima fazem parte da formação profissional. Fundamentos do Cooperativismo apresentou aos egressos a filosofia do trabalho coletivo e sua essência no marco histórico do seu surgimento; em Legislação Cooperativista, eles conheceram a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que rege a política nacional do cooperativismo; a disciplina Administração de Empresas Cooperativistas trabalhou o lado da administração geral das organizações; em Direito do Consumidor, os cursistas aprenderam sobre o direito real do cidadão como empreendedor e consumidor; em Projeto de Empresas Cooperativistas, sobre como construir e formar um empreendimento; e em Motivação e Trabalho em Equipe, os egressos colocaram em prática a verdadeira ação de um trabalho de sinergia com outros membros do grupo.

Para fechar esse quadro da Matriz Curricular, apresentamos as disciplinas da Formação Complementar - Leitura e Produção de Textos, em que trabalhamos com os egressos escrita, interpretação e leitura; Inglês Instrumental, com noções de língua inglesa para praticarem entre eles; Ética e Cidadania, em que foram trabalhadas questões relativas à visão de mundo e sobre se inserir nele como um cidadão de respeito e de mais valia; e Relações Interpessoais, que trata da importância da relação e do contato entre as pessoas e suas interações.

No próximo item, apresentamos uma abordagem sobre o cooperativismo no Brasil e na Paraíba.

2.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA

O cooperativismo surgiu a partir das problemáticas socioeconômicas da Europa, no Século XIX, em pleno fervor da Revolução Industrial na Inglaterra. Através de protestos e reivindicações, operários, tecelões, artesãos e outros profissionais da época solicitaram aos grandes empresários que entregassem suas empresas falidas para que pudessem administrar de forma autogestionária, cooperando de forma mútua para o renascimento de um empreendimento coletivo e solidário.

A primeira cooperativa em funcionamento na era moderna foi criada em 1844 por tecelões da Inglaterra, na cidade de Manchester, no Bairro de Lancashire, conhecida também por Rochdale, com base nas ideias de Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo inglês, que enxergou o amadurecimento do associativismo como alternativa para o capitalismo selvagem. Na visão de Owen, os empresários só conseguiam enxergar a lucratividade, enquanto os trabalhadores sofriam com um trabalho de exploração, que gerava nos operários insatisfação e insegurança em seu ambiente organizacional (FIORINI, ZAMPAR, 2015). Apesar de tanto sofrimento, um dos benefícios consistiu em reduzir o trabalho diário de 17 para 10 horas e proibir que menores de 10 anos trabalhassem. Naquela época, isso acontecia com frequência (ABRANTES, 2004).

Foi através dessa realidade de grandes transformações que Roshadele, na Inglaterra, serviu para o alicerce do cooperativismo. Outro fator determinante nesse contexto foi a posição de Owen como articulador da sociedade, para colocar em prática a filosofia do cooperativismo em combate aos grandes empresários da época. Ele também foi o grande influenciador na formação do sindicalismo inglês e criou o termo “cooperação” em oposição a “competição” (LUZ FILHO, 1961).

Segundo Fiorini e Zampar (2015), com essa influência do cooperativismo, foi possível analisar e debater, em dois congressos internacionais realizados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1936 e 1966, sobre futuras entidades, estruturas e funcionamento para serem adotados universalmente como princípios do cooperativismo que se estende atualmente em todos os continentes.

No Brasil, registra-se a constituição de experiências de trabalho cooperativo com a vinda dos Jesuítas ao nosso território. O cooperativismo, nos moldes praticados na Europa da

Revolução Industrial, começou a produzir suas primeiras formas de existência no final do Século XIX. Há, por exemplo, registro da criação no Paraná, nesse período, da Colônia Tereza Cristina, pelo francês Jean Maurice Faivre, seguidor de Fourier. Em pleno Século XX, o cooperativismo chegou ao Brasil através dos imigrantes europeus, que logo influenciaram as cooperativas de consumo, na cidade, e as cooperativas agrícolas, no campo (SINGER, 2002). Em 1911, no Rio de Janeiro, foi criada uma Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil. A segunda cooperativa migrou juntamente com os imigrantes europeus (MARTINS, 2006). O sistema foi consolidado com a imigração europeia, ocorrida, principalmente, no sul do país. Conforme Salanek Filho (2007), as primeiras cooperativas surgiram no ramo de consumo, porém a consolidação foi mais lenta devido à falta de incentivo do Governo.

Mas foi só na década de 1930 que, com novas condições políticas, econômicas e institucionais vividas pelo país, o cooperativismo ganhou suas primeiras regulamentações. Um marco disso foi 1932, quando foi instituído o Decreto n.º 22.236, com o intuito de definir e disciplinar as cooperativas de trabalho (VERAS NETO, 2002). Entretanto, com o Estado Novo e a partir de então, o preço pago pelo reconhecimento estatal das cooperativas foi seu enquadramento no paradigma geral do corporativismo de Estado. Cooperativas, sim, mas sob a tutela do Estado. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a história do cooperativismo, no Brasil, foi marcada pela intervenção estatal. Depois de criada a Constituição Federal, as Cooperativas passaram a ter autonomia e se tornaram organizações autogestionárias. Mais à frente, apresentaremos a Legislação Federal específica do cooperativismo. De acordo com Oliveira (2001), as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, porquanto trabalham em prol da comunidade onde atuam, visando agregar valor aos seus associados. Gawlak (2007) e a Organização das Cooperativas Brasileiras OCB (2007) apresentam os princípios cooperativistas como as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam seus valores à prática.

1. Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas as pessoas aptas a utilizarem seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas;

2. Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente da formulação de suas políticas e da tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis por eles, apesar de a maioria das cooperativas manter a mesma gestão durante vários mandatos. Porém o acesso de outros cooperados à gestão é muito difícil.

3. Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para adquirir o capital de suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão, e destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a) Desenvolver suas cooperativas, eventualmente, através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
- b) Beneficiar os membros na proporção de suas transações com a cooperativa;
- c) Apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.

4. Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5. Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, para que possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6. Intercooperação: as cooperativas servem, de forma mais eficaz, aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

A OCB (2010) acrescenta que os princípios são interdependentes e considerados os alicerces para a estruturação do estatuto de uma cooperativa. Com base na reformulação de 1995, os três primeiros remetem à dinâmica interna da cooperativa, os três últimos influem nas condutas internas, mas intensificam as relações externas da cooperativa, e o quarto complementa os três primeiros e demonstra a responsabilidade da cooperativa perante os três últimos.

Esses princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. Para Oliveira (2001), os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, para ampliar seus significados originais, e contemplar as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

No Brasil, essa realidade foi colocada em prática pela influência dos imigrantes europeus, que aderiram à cultura cooperativista e solidária. O cooperativismo foi regulamentado no ano de 1932, e em 1971, através da Lei 5.764, foi instituída uma legislação específica para o assunto. Segundo essa lei, as cooperativas exercem atividade econômica de bem comum sem objetivo de lucro. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão que representa as cooperativas. Suas atribuições consistem em promover, fomentar e defender o sistema cooperativista. Aliado à OCB, há o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), uma instituição responsável pela formação profissional dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras. Em cada estado, o sistema tem uma organização denominada de Organização das Cooperativas do Estado (OCE) e uma unidade do SESCOOP.

No Brasil, segundo a OCB/SESCOOP (2011), existem 6.586 cooperativas, com 10.008.835 cooperados nos seguintes ramos do cooperativismo: agropecuário, de consumo, de crédito, educacional, especial, habitacional, de infraestrutura, mineral, de produção, de saúde, de trabalho, de transportes, de turismo e de lazer, que, segundo Gawlak e a OCB (2007), são assim definidos:

- 1) Agropecuário: composto de cooperativas de produtores rurais ou agropecuários, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Abrange atividades diversas e tem boa participação no PIB;
- 2) De consumo: compreende as cooperativas com atividade de compra em comum. É o ramo mais antigo do país;
- 3) De crédito: é formado de cooperativas destinadas a promover poupança e financiar necessidades dos cooperados;
- 4) Educacional: é formado pelas cooperativas de professores, que se organizam para prestar serviços educacionais.;
- 5) Especial: abrange as cooperativas criadas para organizar e gerir serviços socio sanitários e educativos, para atender a pessoas com necessidades especiais, egressos, entre outras;

- 6) Habitacional: inclui as cooperativas destinadas a construir, manter e administrar conjuntos habitacionais;
- 7) De infraestrutura: envolve as cooperativas focadas para atender diretamente ao quadro social, como as de eletrificação rural;
- 8) Mineral: tem a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
- 9) De produção: inclui as cooperativas dedicadas a produzir um ou mais tipos de bens e produtos.
- 10) De saúde: cooperativas que se dedicam a preservar e a promover a saúde humana;
- 11) De trabalho: dedicam-se a organizar e a administrar os interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestar serviços não contemplados em outros ramos;
- 12) de transportes: cooperativas que atuam no transportes de cargas e de passageiros;
- 13) de turismo e lazer: envolve as cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria.

O cooperativismo, no Brasil, no ramo agropecuário, traz como destaque um percentual de, aproximadamente, 25% do PIB, dado apresentado pela Embrapa (2014), mostrando a importância e o fortalecimento desse ramo em nosso país, que expandiu, no ano de 2013, com 7%, em contraposição à indústria, que cresceu 1,3%, e o setor de serviços, 2%.

Tomei e Souza (2014, p. 109), ancoradas em estudos realizados, apontam dados significativos da agricultura em âmbito mundial e brasileiro. De acordo com essas autoras, em relação à estatística da agricultura mundial, Unido (2011) aponta que cerca de 65% da população mundial é empregada na agricultura, e 75% são comercializados domesticamente. Esses investimentos e essas políticas públicas estão centrados no setor urbano. Na realidade brasileira, continuam as autoras, o agronegócio que, além da agropecuária em sentido *stricto*, gera um a cada três empregos, um número estimado em 18 milhões de empregos que, em porcentagem, atinge o valor de 30% da população economicamente ativa (SAMPAIO FILHO, 2005; GUILHOTO, 2004). Já agricultura familiar, nesse contexto, é vista como reforço para esses dados mencionados, pois emprega cerca de 77% dos 17,3 milhões de pessoas no ambiente rural e é responsável por 38% do valor bruto da produção interna e 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira (DALMOLIN, 2009).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2014, a agricultura familiar desempenhou um papel importante no aumento da oferta de alimentos com o incentivo das políticas públicas, o que gerou, no ano de 2014, investimentos em programas de apoio aos agricultores familiares - cerca de R\$ 17,3 bilhões. Contribuiu para esse avanço a iniciativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece como meta a compra de 30% dos gêneros alimentícios diretamente dos produtores familiares.

Eve Crowley, da Organização das Nações Unidas (2014), afirma que o sucesso desse trabalho se deveu à relação entre os programas de distribuição de renda e erradicação da pobreza, que consolidaram as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Essa notícia traz, mais uma vez, o destaque do trabalho realizado nas cooperativas rurais no Brasil, que contribui para que as famílias se fixem no campo e não saia para a cidade grande, o que desfavorece o êxodo rural.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras e com Gawlak (2010), em 2011, o número de cooperativas no ramo já mencionado foi de 1.523 - o primeiro colocado dos treze ramos que distinguem as cooperativas. Já no segmento, a Região Nordeste ficou em segundo, com um número de 1.738 cooperativas, perdendo para o Sudeste, que tem 2.349 (OCB, 2012).

O trabalho no campo do cooperativismo tem se destacado por causa do fator econômico favorável no Brasil, que estimula as pessoas a empreenderem de forma justa e solidária. Hoje, com o incentivo das políticas públicas, os trabalhadores recebem mais informações e iniciativas para formar e formalizar seus negócios. Uma das instituições públicas que vem contribuindo para estimular esse tipo de organização é o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) que, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e as ações de apoio à Economia Solidária, ganhou uma maior institucionalização com o desenho de políticas especialmente voltadas para o apoio de bancos e de fundos comunitários, incubadoras de cooperativas populares, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, entre outras.

Na Paraíba, o cooperativismo vem sendo trabalhado com apoio de alguns órgãos, visando fortalecer as cooperativas rurais do estado, entre eles, está o Cooperar, cujo papel é de financiar e orientar os produtores da agricultura familiar a executarem suas ações de forma proativa e consciente, utilizando os recursos de maneira sustentável e responsável para sua comunidade e adjacências.

Segundo reportagem do Jornal da Paraíba (2014), o cooperativismo paraibano envolve mais de 50 mil pessoas, entre cooperados e trabalhadores, e cerca de 139 cooperativas no em funcionamento. Segundo o presidente do Sistema OCB/PB, André Pacelli, dos 36 municípios que têm cooperativas, o IDH é de 0,619-6,4% maior que outras cidades que não existem cooperativas. Outro ponto importante é que o PIB desses municípios que têm cooperativas é 47% maior do que os das demais cidades. Para o presidente da OCB/PB, isso é uma virtude positiva para a economia, tendo o crescimento e o incremento social na região de origem. Outro aspecto importante é a procura e o surgimento de cooperativas no ramo da agropecuária em parceria com a agricultura familiar.

Para a realidade de Guarabira, localizada no estado da Paraíba, na região do agreste, sua importância naquela área deve-se à sua grande influência econômica, dentre os 29 municípios circunvizinhos, potencializando a região, que tem 58.162 habitantes, numa área correspondente a 166 km², situada a 98 km da capital João Pessoa (IBGE, 2015).

Em Guarabira, segundo o portal Mídia, o cooperativismo para a agricultura familiar teve o apoio do Governo do Estado, através do Projeto Cooperar e do Banco Mundial, que liberaram R\$ 325 mil reais para um grupo de 20 pessoas das comunidades rurais Caboclo e Pedra Branca, onde foram construídos dois galpões centrais e 21 pequenos para cada uma das famílias criar, aproximadamente, cem aves. No segundo momento, foram liberadas duas mil aves para produzirem ovos para a associação fazer parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município, em cumprimento à inserção dessas famílias no meio produtivo de forma justa e igualitária, com um retorno de R\$ 1 mil reais por mês, como renda, para se manterem no local de origem e colaborar com sua produção sustentável. Segundo o coordenador do Cooperar, a produção de galinha caipira tem uma grande aceitação no mercado por não receber hormônios de crescimento, que causam danos à saúde.

Outra informação importante do zootecnista do Cooperar é a questão da rentabilidade e do lucro com a produção de frango caipira, que é de 66,67% por cabeça. Ele acrescenta que o investidor gasta, em média, R\$ 15,00 e consegue vender por R\$ 25,00 um frango que chega a atingir entre 2 e 2,5Kg.

Esse projeto gerou a criação do Restaurante Sabor Camponês, que está fazendo muito sucesso, mas a criação das galinhas caipiras está passando por um momento de inflexão, devido ao fato de que o sucesso do empreendimento depende, necessariamente, do escoamento da produção, o que deveria acontecer na Prefeitura de Guarabira, através do programa de merenda escolar (PNAE). Porém, não são somente os moradores do Sítio Caboclo que produzem para o PNAE do município, o que dificulta as vendas e,

consequentemente, o reinvestimento para a continuidade dos negócios. No momento, está sendo desenvolvido um projeto de incubação de uma cooperativa de cunho solidário, com o intuito de superar as dificuldades.

Para se aprender bem mais sobre o cooperativismo na Paraíba, não se pode deixar de compreender as diferenças entre associativismo e o cooperativismo. Antes, porém, é importante fazer um resgate histórico do cooperativismo. Singer (2002, p. 98) assevera que a experiência da corporação cooperativa de Mondragón, “provavelmente o maior complexo cooperativo do mundo”, é o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas que tem uma dinâmica própria. A corporação surgiu em 1956, na pequena cidade de Mondragón (Espanha), por iniciativa de José Maria Arizmendiarrreta, que criou uma escola técnica e adquiriu uma empresa falida. Com o sucesso do empreendimento, novas empresas foram adquiridas e anexadas à cooperativa, que, simultaneamente, era capaz de preservar o tamanho pequeno dos empreendimentos e eliminar diferenças de rentabilidade, equalizando resultados para o grupo de cooperados. Assim, cooperativismo e associativismo são mais parecidos quanto às suas particularidades e definições específicas.

Por ser o associativismo a doutrina básica ou inspiradora dos modelos organizativos de base coletiva, é comum haver alguma confusão quando se vai escolher um modelo ou outro. Essa confusão é maior quando o objetivo da organização envolve atividade econômica. O objetivo aqui é de apresentar as diferenças entre associações e cooperativas, de modo a possibilitar um melhor entendimento sobre ambas e orientar quanto à escolha de um ou de outro modelo.

A diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações cuja finalidade é de proporcionar assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, e seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados no mercado. A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou de outro modelo. Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais apropriada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva. Essa diferença de natureza também estabelece o tipo de vínculo e o resultado que os associados recebem de suas organizações.

Nas cooperativas, os associados são os donos do patrimônio, e os beneficiários, dos ganhos que o processo que organizam propiciará. Uma cooperativa de trabalho beneficia os próprios cooperados, assim como em uma cooperativa de produção. As sobras que porventura houver das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de

assembleia geral, ser distribuídas entre os próprios cooperados, sem contar o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda dos produtos que entregam na cooperativa.

Em uma associação, os associados não são propriamente seus “donos”. E se for desfeita, o patrimônio que acumulou deverá ser destinado a outra instituição semelhante, conforme determina a Lei. Os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade, e não, aos associados, que deles não podem dispor, pois, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação. Na maioria das vezes, os associados não são nem mesmo os beneficiários da ação do trabalho da associação, a qual tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, porquanto engessa o capital e o patrimônio, em compensação, tem algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor.

Segundo o SEBRAE (2009), a cooperativa é “uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido.” Já a OCB (2010) define a cooperativa como “uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades” (X Congresso Brasileiro de Cooperativismo – Brasília, 1988). Na literatura, a diferença entre ambas as definições traz uma conjuntura de termologias com filosofias parecidas, pois o termo cooperativismo vem da palavra cooperação, que trabalha de forma conjunta, unida, e o associativismo reúne uma congregação de pessoas com o mesmo propósito (ABRANTES, 2004).

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção do trabalho e do consumo, com foco no atendimento às necessidades comuns dos seus associados, e não, apenas, no lucro, o que o diferencia dos demais empreendimentos. Segundo Gawlak (2010), o cooperativismo “é uma doutrina cultural e socioeconômica, fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos”.

Embora sejam sociedades sem fins lucrativos, as cooperativas atuam com uma economia de mercado e em concorrência com empresas essencialmente privadas. Apesar das diferenças na propriedade do capital para destinar os resultados e na relação com as comunidades, as cooperativas agem em um ambiente competitivo, onde predominam o

mercado e as empresas capitalistas, portanto, devem estar bem preparadas. Diante disso, o sistema cooperativista depara-se com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno e, ao mesmo tempo, de se desenvolver em conformidade com um mercado sobremaneira competitivo. Nesse contexto, é de grande importância a formação do cidadão, do trabalhador, do agricultor familiar para o trabalho em cooperativas acerca de sua doutrina, seus pressupostos e sua forma social, para que tenham mais oportunidades de participar, de forma conjunta e sólida, do mercado de bens e serviços. Isso justifica a importância do cooperativismo no Brasil, um país de dimensões continentais, com diversas peculiaridades socioeconômicas e geográficas, que o caracterizam como heterogêneo e de grandes desigualdades espaciais. O país tem regiões diferenciadas, cada uma com clima, tipo de terra e recursos naturais próprios, que modificam os fatores de produção, o que resulta em renda per capita específica para cada uma de suas regiões.

Uma das graves consequências das disparidades regionais e sociais que o Brasil ostenta é o seu nível superlativo de pobreza, decorrente da desigual apropriação e distribuição de bens e riquezas, em contraste com a abundância de recursos e com o potencial produtivo do país. A persistência das desigualdades, ao longo da história brasileira, denota que estão enraizadas, ante as quais políticas de crescimento econômico e medidas compensatórias dirigidas à população de baixa renda não têm surtido efeitos decisivos e prolongados.

A pobreza não está localizada na insuficiente produção econômica, mas em sua má distribuição e nos processos de reiteração das desigualdades que explicam por que, ao cabo de sucessivas fases de alternância entre estagnação e crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente e se converteu em uma das principais economias mundiais, desvinculando-se da pecha de ser considerado um país com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDHs). A desigualdade regional e social persiste. Importante salientar que a desigualdade impede o crescimento econômico, mas o crescimento econômico pode diminuir as desigualdades ou promover o nivelamento de renda ou sua divisão de forma mais justa.

No Brasil, o cooperativismo tem sido destinado a ajudar a diminuir essas desigualdades, concentrando-se nas áreas agropecuárias, de saúde, educação, habitação, produção, consumo, serviços, trabalho, transportes, entre outras, para fazer mudanças profundas na distribuição da renda e na erradicação da pobreza. Essas mudanças precisam estar direcionadas aos setores mais pobres, para que os induzam ao desenvolvimento e gerem efeitos redistributivos diretos. Essas atividades cooperativistas devem estar vinculadas a ações que aumentem a produtividade das atividades que proporcionam geração de renda e resgatam

a cidadania do ser humano, essencialmente dos mais pobres, de modo que lhes toque “uma trajetória de elevação mais acelerada dos seus rendimentos”.

Para Santos (2009), o trabalho das cooperativas, no contexto das políticas públicas utilizadas atualmente no país, carece de elementos que fomentem a transformação da atual condição de desigualdade. Essa é uma das alternativas para promover essa mudança e proporcionar melhores condições de empregabilidade e educação para a população, preceituando as questões objetivas e subjetivas do conceito de hierarquia das necessidades humanas - comida, água, moradia, segurança, proteção, pertencimento-amor, autoestima elevada e autorrealização subsidiados pela filosofia e pelos princípios cooperativistas.

Segundo Barros (2011), o cooperativismo seria importante instrumento de redução dessas desigualdades, posto que a cooperação reduz custos e “[...] eleva a eficiência econômica e o crescimento”. A regulamentação do cooperativismo, como afirmado anteriormente, é da década dos 1970, com a edição da Lei 5.764, de 16.12.1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. De acordo com essa Lei, em seu Art. 1º.,

compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público e privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º. As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo as atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma dessa Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

Para entender o verdadeiro motivo pelo qual os ideais cooperativistas se destacaram no contexto constitucional, é necessário analisar seus fundamentos e princípios, pois aí residem os anseios do legislador constituinte, ao apontar a cooperação como instrumento eficaz para a consecução dos objetivos da República, mormente o da garantia do desenvolvimento nacional. No Brasil, o cooperativismo agrícola, segundo o Jornal Dia de Campo (2016), foi o grande impulsionador do desenvolvimento rural, outrora baseado em grandes culturas, mas que, a partir da organização dos produtores rurais, permitiu o acesso aos mercados dos pequenos e médios rurícolas, abrindo novos horizontes à sua atividade.

Tal fato se explica por razões históricas, devido à chegada de imigrantes estrangeiros, que trouxeram de seus países de origem a cultura da cooperação. Depois de cumprir o período

contratual labutando nas fazendas de café, saíram desorientados e perdidos na imensidão de uma nação continente e procuraram, na mesma atividade, agora por si, buscar a própria sobrevivência e de suas famílias. Sem assistência dos poderes públicos e desconhecendo a língua, os costumes e o mercado, foram “presas” fáceis dos intermediários que ficavam com a maior parcela dos frutos de seu trabalho. Cedo perceberam que, se não se unissem, não teriam como permanecer na agricultura, e um dos pontos importantes para contemplar essa passagem foi por meio de um Curso de capacitação promovido pelo PRONATEC Campo para desempenhar suas habilidades e competências de forma coletiva na comunidade de origem.

Para um bom desempenho no trabalho do cooperativismo no campo, foram ofertados cursos como os de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Técnico nas seguintes instituições: Institutos Federais-IFs, Centro Federal de Educação Tecnológica CEFETS, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR e Escolas Agrotécnicas, Universidades Federais e Estaduais com Graduações de Cooperativismo, Administração com Habilitação em Cooperativismo e Pós-graduações em Cooperativismo. Isso fortaleceu a aprendizagem e a formação do cidadão na área específica e resultou na competência centrada no cooperativismo. Com a chegada do PRONATEC, em 2011, veio mais uma oportunidade para as pessoas do campo/zona rural desenvolverem seu conhecimento e colocarem em prática o que foi visto em sala de aula.

A seguir, abordaremos alguns tipos de aprendizagem, para esclarecer o grau de importância do cooperativismo no contexto das organizações de aprendizagem.

2.3 A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

A aprendizagem é um processo multifacetado, que depende de uma série de variáveis contextuais que influenciam a maneira como as pessoas veem o mundo e atribuem significados a determinados eventos. Para Cranton (1994, p. 48), “a aprendizagem é multidimensional e pode influenciar as perspectivas de significado de várias maneiras e em diferentes níveis”.

A aprendizagem ocorre de várias maneiras e em diferentes níveis, mas sempre de forma complexa (STACEY, 1998). Essa complexidade, inerente à natureza humana e à sua relação com o mundo, demanda a necessidade de estudos que considerem os diferentes contextos onde as pessoas vivem e trabalham. A convivência entre pessoas exerce um papel importante na aprendizagem formal ou informal (TAMKIN; BARBER, 1998). Como afirma Dewey (1979, p. 6), o ser humano que vive só (mental ou fisicamente) teria poucas

possibilidades ou ocasiões para refletir sobre suas experiências ou para extrair-lhe clara significação.

Merrian e Yang (1996) afirmam que a relação entre experiência vivida e aprendizagem é bem estabelecida na literatura e na prática da educação de adultos e que as experiências vividas, na ótica de vários autores, envolvem tanto estímulos quanto recursos para a aprendizagem.

Lindeman (1926, p. 3) considera que “o recurso de mais alto valor na educação de adultos são as experiências dos aprendizes. Se a educação é para a vida, então, vida é também educação”. Essas considerações são complementadas por Dewey (1979, p. 1; p. 6), ao afirmar que “a vida é um processo que se renova a si mesmo por intermédio da ação sobre o meio ambiente [...] toda a prática social que seja vitalmente social ou vitalmente compartilhada é por sua natureza educativa”.

Numa perspectiva sociológica, Merrian e Yang (1996, p. 63) situam a aprendizagem na interface da biografia das pessoas com o meio sociocultural em que elas vivem e é nessa interseção que as experiências ocorrem e em que há uma ligação entre aprendizagem e desenvolvimento. A aprendizagem baseada nas experiências do dia a dia é um processo que ocorre todo o tempo, e as pessoas se desenvolvem e amadurecem a partir dessas experiências.

McLeod (2001) desenvolveu um estudo sobre o valor da experiência vivida na aprendizagem do conhecimento relativo ao trabalho de professores e concluiu que esse conhecimento, desenvolvido através da educação do professor, deve ser massivamente suplementado e mediado, na prática, pelos conhecimentos de linguagem e poder, cujas fontes derivam de sua experiência. Toda “experiência vivida” contribui para a aprendizagem do trabalho do professor e para o desenvolvimento de suas capacidades de responder sensivelmente, exercitar o julgamento e pensar criativamente.

Conforme já dissemos, o indivíduo é o cerne da aprendizagem organizacional, a qual representa a transferência de conhecimentos que ocorre do indivíduo para o grupo e do grupo para a organização. Nesse contexto, o indivíduo é considerado o ponto central de todo o processo, o causador desse processo, que serve como instrumento ou até mesmo como resultado (TELES; CORREA, 2007, p. 2).

A aprendizagem organizacional foi mencionada no início dos anos 1950, em referência ao nascimento e à morte da administração pública, e atraiu pesquisadores para a ideia que se iniciava. Entretanto, somente entre os anos 1970 e 1980 foi que surgiram correntes (inicialmente esparsas) de pesquisadores que publicaram alguns artigos e livros sobre o tema (PRANGE, 2001). Antonello (2008, p. 17) salienta que

o conceito de aprendizagem, embora vinculado às análises econômicas do desenvolvimento de novas indústrias, tecnologias e programas de pesquisa e desenvolvimento, é revisitado a partir dos anos de 1980, com ênfase na análise dos processos de transformação em organizações em ambiente mutável e inseridos no cenário econômico internacional.

Depois da década de 1990, vários estudos vêm sendo voltados para a aprendizagem nas organizações. Esse tema parece ser essencial para as organizações sobreviverem em ambientes competitivos e dinâmicos (LIPSHITZ; POPPER; OZ, 1996). A aprendizagem organizacional é usada para caracterizar mudanças organizacionais que podem ocorrer não só em um nível da organização, mas em diversos (FIOL; LYLES, 1985). Essa temática vem sendo concebida como um processo capaz de transformar a organização em algo fático, com capacidade de desenvolver redirecionamentos constantes que a capacitem a conviver com um ambiente em mudanças cada vez mais rápidas (DODGSON, 1993).

A literatura sobre aprendizagem organizacional tem sido estudada principalmente por acadêmicos da área de recursos humanos, com abordagens psicológicas para o aprendizado. Entretanto, novas perspectivas estão surgindo com base em outros campos sociais (CHIVA; ALEGRE, 2005). A partir dos anos 2000,

[...] essa questão tem sido explorada, sob a ampla rubrica de aprendizagem organizacional, por um número crescente de pesquisadores, administradores e estudiosos de campos diversos, como comportamento organizacional, estratégia e dinâmica de sistemas (ANTONELLO; GODOY, 2009, p. 267).

Já para Prange (2001), trata-se de uma forma diferente de analisar as organizações. Easterby-Smith (1997 *apud* BISPO; GODOY, 2012) refere que a aprendizagem organizacional pode ser configurada como uma área de estudo multidisciplinar com diferentes agendas de pesquisa. Está embasada, principalmente, em seis perspectivas acadêmicas que representam diferentes tradições de pensamento no campo das ciências sociais, a saber:

- (a) a perspectiva da Psicologia, que atua no desenvolvimento humano nas organizações e entende que existem diferentes níveis para a aprendizagem individual. É influenciada pelo ambiente e pelas experiências organizacionais e envolve a inter-relação entre pensamento e ação;

- (b) a perspectiva das Ciências Administrativas, que enfoca a aquisição e o processamento da informação no contexto organizacional e enfatiza a criação e a disseminação do conhecimento nas organizações;
- (c) a perspectiva estratégica, cujo objetivo é de examinar até que ponto a aprendizagem organizacional proporciona vantagem competitiva para as instituições, ao mesmo tempo em que estuda de que maneira as organizações têm capacidade adaptativa, tendo em vista as constantes mudanças ocorridas no ambiente competitivo;
- (d) a perspectiva da gestão da produção, que relaciona a aprendizagem e a eficiência organizacional e traz os efeitos da aprendizagem sobre a produtividade;
- (e) a perspectiva cultural, que pesquisa como as manifestações culturais exercem influência sobre os processos da aprendizagem;
- (f) a perspectiva sociológica, que visa entender como os sistemas sociais e as estruturas organizacionais podem afetar a aprendizagem dentro das organizações. A intenção é de relacionar a aprendizagem ao poder, à política e aos conflitos que constituem parte da realidade organizacional.

Embora os estudos sobre aprendizagem organizacional não sejam recentes, parecem existir certas divergências entre os estudiosos sobre a aprendizagem no contexto organizacional. Para Argyris e Schön (1978), a aprendizagem organizacional se caracteriza como um processo de identificação e correção de erros, para que a organização realize suas políticas e atinja seus objetivos. Nicolini e Mezner (1995) asseveram que não é possível entender o processo de aprendizagem organizacional sem considerar a mudança contínua das estruturas cognitivas das organizações. Por outro lado, os processos cognitivos associados à aprendizagem ocorrem permanentemente, sejam reconhecidos ou não pela organização.

Simon (1997) relaciona o aprendizado organizacional com o aumento da quantidade de *insights* e reestruturações bem sucedidas dos problemas das organizações, por intermédio dos indivíduos que atuam decisivamente nos aspectos estruturais e nos aspectos relativos à performance das empresas. Já Dibella e Nevis (1999) conceituam a aprendizagem organizacional como a capacidade ou os processos de que uma organização dispõe para manter ou melhorar sua performance, tendo como base a experiência através da aquisição, do compartilhamento e da utilização do conhecimento.

Esse “crescimento das pesquisas em aprendizagem organizacional foi marcado pela diversidade de abordagens, o que fez com que nenhuma teoria ou modelo de aplicação e

análise do tema fosse consagrado como definitivo” (TAKAHASHI; FISCHER, 2010, p. 822). A aprendizagem organizacional é um processo complexo e dinâmico de geração de conhecimento organizacional, que sofre a influência de um grande número de variáveis que mantêm entre si relações complexas e frequentemente subjetivas. A eficiência do aprendizado é evidenciada pela capacidade, considerada essencial, de estabelecer uma relação causal entre ações e resultados, independentemente de esses resultados terem provido ou não um desempenho positivo em relação aos demais competidores. Nadler, Gerstein e Shaw (1992) abordam o aprendizado organizacional como a capacidade que uma organização tem de adquirir conhecimentos com sua experiência e a de outros e modificar sua forma de funcionar.

Segundo Fleury e Fleury (2004), o processo de aprendizagem organizacional não envolve apenas a elaboração de novos mapas cognitivos que viabilizam a compreensão da dinâmica dos ambientes interno e externo, mas também a definição de novos comportamentos que evidenciam a efetividade do aprendizado. Para Nonaka e Ryoko (2003), o conhecimento e a capacidade de criar conhecimento são considerados os fatores mais importantes para a sustentabilidade das vantagens competitivas e tornam o entendimento do processo de aprendizagem organizacional um fator relevante. A dificuldade maior são as falhas no entendimento da essência do processo de criação do conhecimento, como a “sintetização” de processos. Os agentes sofrem influência do ambiente, e o ambiente sofre recriação contínua por meio da interação social. Assim, o conhecimento é criado com a interação entre o conhecimento tácito e o explícito, nos diferentes níveis da organização e do ambiente.

A aprendizagem organizacional é a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, convicções e atitudes, que acentuam a manutenção, o crescimento e o desenvolvimento da organização (GUNS, 1998). O processo de aprendizagem organizacional assume hoje novos contornos e uma crescente relevância, por causa do acelerado processo de mudanças pelas quais passam as sociedades, as organizações e as pessoas (FLEURY, 1997).

As organizações aprendem através de seus membros individuais. Nesse contexto, a aprendizagem individual deve passar pelo processo de ser inserida na memória e na estrutura da organização para promover a aprendizagem organizacional (KIM, 1998). Grande parte da aprendizagem organizacional ocorre em uma série de momentos individuais que os funcionários experimentam diariamente, como enfrentar com calma as atividades, interagir com, pessoas dentro e fora da organização, participar de trabalhos internos, desempenhar tarefas e acompanhar a realização do trabalho (GUNS, 1998). De acordo com o crescimento da organização, surgem a distinção entre a aprendizagem individual e a organizacional e um sistema para capturar a aprendizagem de seus membros individuais (KIM, 1998).

Uma organização aprende com seus membros individuais e, conseqüentemente, é afetada direta ou indiretamente pela aprendizagem individual (KIM, 1998). As organizações só aprendem por meio de indivíduos que aprendem, porquanto a aprendizagem individual não garante a aprendizagem organizacional. Entretanto, sem ela, a aprendizagem organizacional não ocorre. Em qualquer setor da empresa, a força ativa são as pessoas, e pessoas têm vontade própria, mente própria e uma forma de pensar própria (SENGE, 1999).

As teorias sobre a aprendizagem organizacional normalmente se basearam em teorias de aprendizagem individual. No entanto, deve haver a distinção entre organização e indivíduo, pois, em um modelo de aprendizagem organizacional, o processo real de aprendizagem pode não ser percebido, ignorando o papel do indivíduo, ou se tornará algo simplista quanto à aprendizagem individual pela atenuação das complexidades organizacionais (KIM, 1998).

A complexidade da aprendizagem organizacional é ampliada quando passa de um indivíduo para um grande conjunto de indivíduos diferentes. Questões como motivação e competência, que são parte integral da aprendizagem humana, tornam-se duas vezes mais complicadas dentro de organizações. Apesar de o termo aprendizagem manter o mesmo significado, tanto no individual quanto no organizacional, o processo de aprendizagem é fundamentalmente diferente no nível organizacional. Assim, um modelo de aprendizagem organizacional tem que resolver o dilema de conferir inteligências e capacitações de aprendizagem a uma entidade não humana (KIM, 1998).

Organizações que se baseiam na aprendizagem concentram-se em desenvolver da melhor forma suas respectivas tarefas e percebem a aprendizagem como uma ótima maneira de melhorar o desempenho de longo prazo (GUNS, 1998).

No caso das cooperativas, considera-se que o processo de aprendizagem organizacional se desenvolve por meio da qualificação FIC. Vale ressaltar que os egressos pesquisados neste estudo foram bem sucedidos em relação à aprendizagem durante o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista que lhes foi oferecido.

Para dar continuidade no contexto da formação e aprendizagem aos egressos do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista em Guarabira, é importante enriquecer ainda mais o conhecimento com o ensinamento do autor norte-americano, John Dewey, com a sua linha de pensamento pragmática, sob a ótica da educação cooperativa.

2.4 A EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOB A ÓTICA DE JOHN DEWEY

2.4.1 Histórico da educação cooperativa

A história da educação cooperativista surgiu com o movimento da Revolução Industrial e consolidou a concepção de cooperativa. Os primeiros revolucionários de Rochdale exigiram, entre alguns pontos específicos, uma educação voltada para a coletividade e a solidariedade, mais especificamente, como educar a cooperar, compreendendo a organização cooperativa e aplicando seus princípios básicos pensando em um futuro de sucesso.

No decorrer desse mundo competitivo, do capital econômico ao capital intelectual, surgiu uma nova concepção de educação cooperativa como “alternativa” para o sistema capitalista, em que o homem busca na educação, na formação e na informação uma maneira de transformar o ser humano em um sujeito social. Essa educação cooperativa está inserida no quinto princípio do cooperativismo, segundo o qual, os indivíduos da cooperativa têm o direito e o dever de participar de forma livre e voluntária para que, no futuro, possam ser cidadãos com boas práticas do exercício que lhes compete.

No livro, “Cooperativismo: primeiras lições da SESCOOP”, Albino Gawlak (2010) relata que a educação cooperativa tem como destaque o quinto Princípio do Cooperativismo, que o mais importante de todos os sete. A OCB, como a maior entidade do Cooperativismo, deu seu aval a partir da Diretriz Nacional de Educação Cooperativista para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, aplicando suas atividades e buscando melhorias na qualidade de vida dos associados dentre todas as Unidades Estaduais.

Schneider (2003) refere que, no encontro realizado em Paris, em 1934, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, o quinto princípio do Cooperativismo é reforçado e reconhecido como um alicerce para os princípios, os valores e a formação da identidade da cooperativa.

O modelo cooperativista traz o educar para cooperar, que permite a prática da ajuda vivenciada na realidade das famílias que trabalham de forma mútua. Isso influencia o processo de ensino-aprendizagem. O conjunto dessas ações traduz a promoção da moral e do intelectual dos membros participantes.

Outra forma interessante utilizada na educação cooperativa é a educação participativa, por meio da qual os membros interagem de maneira democrática, desenvolvendo a igualdade e a liberdade de ter o direito de pensar, escutar, questionar, analisar, aprovar, avaliar e agir.

Essa realidade se reflete no trabalho cooperativo, em que as pessoas descobrem suas potencialidades e desenvolvem valores e atitudes para melhorar a qualidade de sua vida.

A educação cooperativa vem reforçar os princípios e os valores inseridos em uma cooperativa, para que todos os membros possam desfrutar do direito de ser assistido pelo educar a cooperar coletivamente e solidariamente (GAWLACK, 2010).

Schneider (2007) considera a educação cooperativa como a “regra de ouro”, por ser a proposta mais adequada e importante entre os demais princípios e que consolida e fortalece as demais. O autor assevera que, em 1995, no Congresso da ACI, o entendimento de Educação Cooperativa atingiu um número maior de ações focadas na construção de trabalhador em cooperativa e foi além do sentido de conhecimentos gerais e, de forma específica, aspectos relacionados ao movimento cooperativo. Atualmente, o princípio nos deixa bem claro que

[...] a tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar -se aos novos tempos e assumir objetivos futuros. Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, por ser de cunho social e cultural, também requer um alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes. A esses cabe emitir um diagnóstico sobre suas deficiências e conquistas, bem como a consecução de objetivos e meios que consolidem um movimento cooperativo unitário (MUNOZ, 1996). [...] Educação significa também conhecimento, para que um sócio ingresse em uma cooperativa que possui como característica a adesão voluntária. Faz -se necessário que conheça os valores e os princípios e regras que norteiam o movimento cooperativo e a empresa da qual as pessoas irão fazer parte. A ignorância em relação ao processo cooperativo com todas as suas expressões e ramificações, implica numa experiência amarga, correndo o risco de ser transmitida erroneamente a possíveis interessados e deixando de tal forma uma imagem negativa sobre a estrutura das cooperativas (SCHNEIDER, 2007, p.10).

Já para Pinho (*apud* SCHNEIDER, 2003), a educação cooperativa é compreendida como “cláusula pétrea”. A autora relaciona o princípio à metáfora jurídica referente às leis que não podem sofrer alterações, porque representam as bases de sustentação de um conjunto de diretrizes legais. Relacionado com o cooperativismo, o autor destaca que,

metaforicamente, pode-se afirmar que a educação dos associados, ou educação cooperativa, é importante, “cláusula pétrea” do sistema cooperativo internacional. Introduzida [...] em 1844, em Rochdale, vem resistindo às alterações introduzidas, tanto p elos próprios pioneiros, como posteriormente pela ACI, [...]. Realmente, essa regra estabelecida pela “lei Primeira” do Cooperativismo, ou Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, vem sendo mantida há mais de um Século e meio [...] esse “princípio” tem sido valorizado pela ACI desde sua fundação em

Londres, em 1895, para “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale”. Assim a educação dos associados incluída entre os “princípios de identidade” do Cooperativismo mundial, continua mantida apesar das mudanças introduzidas (p.138).

A educação cooperativa é o elemento que potencializa dois fatores essenciais de configuração de um empreendimento que se propõe a ser cooperativo. Primeiro, a diferenciação entre a gestão do empreendimento cooperativo e a continuidade da racionalidade exclusivamente instrumental, que possibilita as referências de construção de um ambiente voltado para a prática cooperativa. Segundo, a construção da identificação do cooperado com os princípios e os valores cooperativos, que representa o que Schneider (2003) denomina de a passagem do “comportamento do agente da cooperação”, atuando na forma de seu agir proativo na cooperativa.

O autor refere que a educação cooperativa também consiste em compreender que, no contexto social com base capitalista, a tarefa de potencializar o “comportamento do agente da cooperação” necessita de uma ação continuada, sendo que a passagem de uma forma de atuar desse “agente”, dentro da lógica capitalista, para a lógica cooperativa não ocorre a partir de uma educação fragmentada ou bancária. Schneider (2007) fala do sentido de educação bancária e enuncia que

Paulo Freire preocupou-se em estudar a parte específica da educação dirigida aos adultos e classificou e criticou a educação dirigida aos adultos como educação bancária. Pois, para ele, esse tipo de educação somente oferece informação ao homem, são realizados “depósitos” na sua mente, e essas os vai arquivando, impedindo - o de criar e inventar. Não existe transformação nem saber, apenas um acúmulo de informações (Freire 1987). Entendemos que a educação cooperativa deve basear-se não tanto na educação bancária, mas, sobretudo, deve saber despertar a criatividade e o protagonismo das pessoas (p.12).

Prova disso é que, na promoção do “VII Seminário de Tendências do Cooperativismo Contemporâneo”, no ano de 2008, o tema escolhido para ser apresentado e discutido foi Economia social: governança e educação cooperativista, que foi trabalhado com os presentes por meio de oficinas. Após os debates empreendidos, construiu-se um conceito que resume a concepção dos participantes a respeito da educação cooperativista e o seu significado para as cooperativas vinculadas ao sistema OCB.

Educação cooperativa é um processo pedagógico (integral e contínuo de ensino e aprendizagem) voltado à formação da sociedade, dos sócios e dos empregados de cooperativas e de seus familiares. Esse processo é baseado

nos princípios e valores do cooperativismo, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade cooperativa e incentivando o ambiente e a cultura da cooperação (Retirado do site www.brasilcooperativo.coop.br, em dezembro de 2015).

Ainda no âmbito da educação cooperativa, teceremos, aqui, algumas considerações sobre John Dewey, um pensador americano que viveu de 1859 a 1952, e cuja filosofia da educação pressupõe a necessidade de situar o pensamento filosófico mais próximo dos problemas práticos (contra a Filosofia como pura especulação). Teve intensa vida pública, sempre defendeu causas progressistas, e suas ideias influenciaram a chamada Escola Nova, corrente pedagógica que propõe a mudança das práticas pedagógicas tradicionais, dando ênfase aos trabalhos em grupo como uma importante técnica de aprendizagem. Partiu do pragmatismo de Peirce e de William James, mas foi além deles. Sua proposta foi denominada de instrumentalismo. De nossa parte, consideramos o experiencialismo como sua grande contribuição pedagógica para os fins de nossa pesquisa e chamamos de experiencialismo sua valoração da experiência pautada na reflexão, o que leva a uma melhor condição da vida humana em geral. Dewey critica as filosofias especulativas e as teorias tradicionais que consideram a verdade como correspondência entre ideia e realidade (pensamento e pensado), recusa-se a considerar a consciência como contemplação e prefere considerar o pensamento como guia para a ação.

Sob seu ponto de vista, a ação moral é pautada em três princípios: o bem considerado como finalidade, a regra do dever (imperativo categórico) e a necessidade de se levar o outro em consideração. Já aí se vislumbra a importância dada às questões sociais, quando inclui o outro na relação moral. Critica as dicotomias produzidas pela filosofia tradicional (matéria/espírito - corpo/mente-ideal/real) e pretende que sua proposta filosófica – o instrumentalismo – restabeleça a unidade. Não se propõe para isso, submeter um polo ao outro, mas integrá-los: sua proposta não é de submeter o pensamento à ação, como se um fosse superior ao outro, mas de considerar o pensamento como uma fase primordial da ação.

De acordo com Dewey (1980), o pragmatismo instrumentalista busca reabilitar o pensamento integrando-o à vida prática. Considera que as crenças habituais em moral, religião e política refletem similarmente as condições sociais sob as quais se apresentam e que somente a análise pode mostrar que as maneiras através das quais cremos e criamos expectativas afetam fundamentalmente aquilo que cremos e antecipamos.

As ideias pedagógicas de Dewey são abordadas em um estudo sobre sua pedagogia, escrito por seu discípulo Dr. Anísio Teixeira, eminente educador brasileiro, publicado na

coleção “Os Pensadores”, fascículo dedicado a Dewey, em 1980, denominado “A pedagogia de Dewey” – Esboço da Teoria da Educação de John Dewey. O prefácio desse trabalho, escrito por Lourenço Filho e datado de julho de 1964, enfatiza que, para Dewey, não deve haver nenhuma separação entre vida e educação. “A vida, enquanto considerada de forma integral, e a educação são o mesmo” (Os Pensadores, 1980, p.109).

A Educação é, pois, considerada como forma de transmissão e comunicação entre pessoas (sempre com as outras) e entre pessoas e grupos. É vista como uma contínua reconstrução da experiência. Para isso, a aprendizagem deve ocorrer em ambientes de “uma comunidade em miniatura”, em situações de comunicação e cooperação entre pessoas com propósitos comuns. É nesse sentido que pensamos que a filosofia da educação aqui apresentada pode clarear as perspectivas pedagógicas de nossa pesquisa. Embasamo-nos no contexto geral da teoria da experiência de Dewey, mais especificamente, apresentada em sua obra, *Experiência e Educação*, publicada em 1936, em que o autor, visando elucidar possíveis mal entendidos acerca do seu pensamento, mostra que tenta promover a superação entre a tradicional dicotomia das ideias sobre educação tanto quando considerada como processo que vem de dentro – vista como desenvolvimento de inclinações naturais (Platão) ou como em Aristóteles, que pensa a educação como um movimento de fora para dentro, através de pressões externas. Para conseguir essa superação, propõe que a educação seja pensada como conexão entre o processo geral da experiência e as funções da ação. Mas nem toda experiência é educativa, porquanto existem as que são *deseducativas* na medida em que impedem ou perturbam a aquisição de novas e convenientes formas de vida.

Então, o fim da educação não se restringe à aquisição de conhecimentos (que podem ser recursos para educar), mas, sobretudo, é de promover mais educação, ou seja, dar continuidade à formação e ao desenvolvimento a partir dos propósitos individuais da ação, sem prejuízo do sentido de elevar e de dignificar a vida humana. A questão dos propósitos individuais não se contrapõe aos propósitos do grupo social, uma vez que toda ação moral tem que considerar o outro, e a educação é um processo que se dá por meio da comunicação considerada como interação entre sujeitos livres. O conceito de liberdade, em Dewey, está vinculado à noção de propósito: “Somos livres na medida em que agimos sabendo o que pretendemos obter” (1980, p. 111), Assim, “ter propósitos claros e bem fundamentados representa um bem em si, pois projetar e realizar seus projetos será viver em liberdade” (1980, p.111).

Há que se ressaltar que compreender a finalidade da educação, em Dewey, exige que ela seja vista em termos dinâmicos, a fim de que possa servir à cooperação e ao entendimento

social. A autonomia proposta para a gestão das cooperativas de cunho solidário é amplamente considerada pela filosofia da educação de Dewey, porque “mais educação significa maior capacidade de pensar, comparar e decidir com acerto e íntima convicção. De outra forma, não há liberdade” (1980, p.111).

Seu discípulo, William Kilpatrick, em seu livro, “Educação para uma civilização em mudança”, mostra que a proposta pedagógica de Dewey ressalta a relação da atividade com o fim em vista. Portanto, pensar atividades pedagógicas em educação para formar cooperativas deve levar em conta as finalidades que se quer alcançar com aquelas atividades. Esse tipo de educação (baseada nos propósitos) cultiva atributos necessários ao exercício da democracia: respeito por si mesmo e pelo outro, autodireção, iniciativa, ação dirigida pelo pensamento, autocrítica e persistência (1980, p. 111).

O estudo do Dr. Anísio Teixeira mostra como as ideias pedagógicas de Dewey propõem que pensemos a educação como reconstrução da experiência. Nesse sentido, o conceito de experiência é basilar em toda a obra do filósofo norte-americano e é amplo o suficiente para abarcar todo o universo. Experiência é toda relação entre corpos – agir sobre outro corpo e sofrer uma reação dele. Quando se trata do âmbito do humano, o agir e o reagir ganham uma especificidade não só devido à escolha, à preferência e à seleção como também à reflexão, ao conhecimento e à reconstrução da experiência.

Dessa forma, a experiência é considerada como uma forma de interação, ou seja, ação entre elementos, por meio da qual tanto a situação quanto o agente são modificados. Supera-se a dualidade entre natureza e experiência. A experiência passa a ser vista como um modo de existência da natureza. As experiências humanas da reflexão e do conhecimento geram mudanças no sujeito que conhece e no objeto que é conhecido. As experiências passadas pelo crivo da reflexão chegam ao conhecimento, e esse processo se dá por meio da análise, de indagações sobre a própria realidade, a escolha de meios, de fatores e refazimento de si mesma. O processo da experiência envolve, inicialmente, esses dois fatores – agente e situação – que, através de mútua atividade (interação) e capacidade de reagir, sofrem modificações. A aprendizagem é o processo de reflexão consciente sobre as experiências e se realiza acrescentando à percepção a análise e a pesquisa. Desse ponto de vista, vida, experiência e aprendizagem são simultâneas.

A experiência educativa é, portanto, a experiência reflexiva em que o pensamento leva a perceber relações e continuidades antes não percebidas. A educação consiste nesse alargamento da visão de mundo propiciado pela reflexão sobre a experiência. Esse processo acontece com o uso da linguagem (fundamental para o pensamento e a reflexão) e por meio

da comunicação, que também acontece por meio da linguagem em grupo e é fundamentalmente de cunho social.

Dessa forma, Dewey define educação “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos o sentido e nos habituamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras em que o fim (o resultado) se confunde com seus meios (o processo).” (1980, p.116). A educação é, pois, vista como necessidade da vida em sociedade, que só possível por meio da educação: “O que a nutrição e a reprodução são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social” (TEIXEIRA, p.117).

Para que se constitua uma sociedade, não bastam a proximidade física nem a identidade de fins. As partes de uma máquina contêm essas duas características, mas, nem por isso, formam uma sociedade. Para que se constitua o que se chama sociedade, é necessária a consciência dos fins comuns, que é construída através da comunicação entre os membros da sociedade. Nesse sentido, comunicação é educação, e o caráter de compreensão mútua permite a reconstrução reflexiva da experiência comum. Por tudo isso, consideramos que a filosofia da educação de John Dewey é um fundamento sólido, sobre o qual se erigem nossas especulações acerca da educação para a construção de cooperativas solidárias.

Assim, chega à questão da educação cooperativa, como uma ferramenta de construção de saberes para a prática dos seus cooperados, em virtude de uma doutrina e filosofia estabelecida contra um movimento alternativo de produção, do qual o cooperativismo se diferencia no contexto da educação formal impregnada pelo sistema de produção. Ainda em se tratando da educação cooperativa, uma das exigências estabelecidas inclui o desenvolvimento humano e o social, que envolvem a coletividade entre os membros. Essa educação é fundamentada para que as pessoas tenham consciência crítica, a partir de práticas sociais, para gerenciar a cooperação nos processos produtivos. Portanto, a educação cooperativa recorre a novas emergências sociais para articular e enriquecer os interesses das pessoas inseridas e favorecer a formação profissional dos cooperados, aplicando critérios políticos e educacionais que contemplem a liberdade humana e provoquem o desenvolvimento crítico-construtivo para se apropriar das tecnologias e dos saberes inseridos em seu ambiente local e se apropriar deles.

Pinheiro (2006) refere que a educação cooperativa é voltada para cooperação e para o cotidiano. Sua ideia corrobora a de Dewey, que reafirma uma base educacional direcionada às mudanças e a um progresso social e humano. Conforme Albuquerque (2003), a educação cooperativa é apresentada como libertadora e apresenta Dewey como protagonista dessa afirmativa com o desenvolvimento de autonomia social e econômica. Outros pensadores,

como Lauschner (1998), Oda (2005), Frantz (2003), Schneider (2003), Albuquerque (2003), Frigotto (2010) e Albornoz (2007), confirmam que os agentes cooperativos precisam do protagonismo no contexto da educação cooperativa, sob o olhar do reforçar e produzir. Esse fortalecimento faz com que a educação seja reforçada de forma econômica, política, social e cultural, através do movimento cooperativista, traçando tarefas educativas organizadas e sistematizadas idealizadas através do conhecimento de Dewey.

Essas questões que Dewey traz para a literatura são muito importantes, porque ele nos traz sua experiência de vida e suas práticas vivenciadas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem em torno de seus alunos e, no contexto real, concebe a educação cooperativa como uma forma de contribuir para que as pessoas pensem, questionem e interajam em cooperação, a fim de encontrar respostas e soluções para os problemas do dia a dia.

No próximo capítulo, apresentamos a metodologia adotada para o trabalho com os egressos dos Sítios 1 e 2.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2011), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Nesse tipo de pesquisa, o importante não é o quantitativo que vai ser trabalhado, mas as informações rebuscadas que serão feitas com a comunidade local. Esse método foi bastante adequado no que se refere às percepções de duas comunidades rurais. O estudo também se pautou em uma metodologia de cunho descritivo, que, para Triviños (1995), é a exigência do investigador quanto a sua busca de informações sobre o que deseja pesquisar, descrevendo os fatos e os fenômenos da realidade a ser pesquisada. Portanto, foram dois estudos de caso, que Gil (2010) define como um estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

O *lócus* da pesquisa foi constituído de dois sítios – o Carrasco e o Caboclo, do município de Guarabira – PB. A opção por esses sítios se justifica pelo fato de terem sido os primeiros contemplados com a pactuação entre a EMATER, o IFPB - campus Guarabira, a Secretaria de Agricultura de Guarabira, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Segunda Gerência de Educação do Estado da Paraíba. Além disso, os sujeitos da pesquisa apresentavam condições favoráveis para participar da investigação, uma vez que foram egressos do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista.

Para coletar os dados primários, recorremos a documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, e a entrevistas por meio de roteiros, a fim de obter os dados primários. Segundo Gil (1994, p.45), "os dados primários são aqueles que não foram antes coletados, estando, assim, em posse dos pesquisadores". Em função do objeto de estudo, optamos pela entrevista semiestruturada com questões abertas aplicadas a 31 egressos divididos nos sítios já mencionados.

Para Triviños (1995), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Assim, criamos um quadro de respostas para apresentar as informações consolidadas com os objetivos propostos na pesquisa e facilitar as passagens por etapas específicas como:

perfil dos egressos, contribuições das aprendizagens, atuação pós-curso, inserção no cooperativismo e contribuições do PRONATEC para o cooperativismo rural.

Quadro 3 – Quadro de respostas - Egressos dos Sítios 1 e 2

Egressos dos Sítios 1 e 2	
OBJETIVO 1	QUESTÕES 3 e 5
PERFIL DOS EGRESSOS	
-Idade -Sexo -Estado civil -Escolaridade	Você já conhecia o cooperativismo antes de iniciar o Curso FIC do PRONATEC Guarabira? Já havia feito algum curso? Explique. Você participou de alguma cooperativa antes do curso? Sim () Não () Qual?
Respostas dos egressos dos Sítios 1 e 2 - Questões 3 e 5	
OBJETIVO 2	Questões: 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 19
CONTRIBUIÇÕES DAS APRENDIZAGENS -Informação sobre o curso -Conteúdo -Metodologia -Avaliação do curso -Dificuldades e contribuições	Para você, qual o principal significado do cooperativismo? Que nota você daria ao curso? Explique. Como você soube do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista em sua comunidade? Quais as aprendizagens mais importantes para você no Curso FIC? Em sua opinião, quais aprendizagens foram mais importantes nas disciplinas estudadas? Fundamentos do Cooperativismo; Legislação Cooperativista; Administração de Empresas Cooperativistas; Direito do Consumidor; Motivação e Trabalho em Equipe e Projeto de Empresas Cooperativistas (Empreendedorismo). Quais contribuições o Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista lhe proporcionou? Quais foram as dificuldades durante o curso de formação? Quais foram as vantagens de ter realizado o curso no local de origem? Quais foram os princípios que você aprendeu nas aulas durante o curso? Como foi sua participação nas aulas? Explique. A relação entre teoria e prática nas aulas ajudou-o/a a entender a construção de uma cooperativa? Sim () Não () Explique. Se você pudesse escolher, faria o PRONATEC de novo? Acha que valeu a pena? Ajudou em quê? Ajuda a formar cooperativa?
Respostas dos egressos Sítios I e II - Questões 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 19	

OBJETIVO 3	Questões: 14, 15, 16 e 17
Atuação pós-curso e inserção no cooperativismo -Colocar em prática; -Formação de cooperativa após o término do curso -Inserção em cooperativa na cidade de Guarabira -Apoio (Instituição ou Entidade)	Depois de concluir o curso, você conseguiu colocar em prática a teoria estudada em sala de aula? Sim () Não () Explique. Depois de concluir o curso, vocês conseguiram formar uma cooperativa ou fortalecer a já existente? Sim () Não () Explique. Você hoje está inserido (a) em alguma cooperativa na cidade de Guarabira? Sim () Não () Explique. Vocês têm recebido de alguma Instituição ou Entidade algum tipo de apoio para consolidar o cooperativismo em sua comunidade? Quais? Explique.
Respostas dos egressos Sítios 1 e 2 - Questões 14, 15, 16 e 17	
OBJETIVO 4	Questão: 18
As contribuições do PRONATEC para o cooperativismo rural	Quais as contribuições do PRONATEC do IFPB Guarabira têm dado para consolidar o cooperativismo para os que já concluíram o Curso? Explique.
Respostas dos egressos dos Sítios 1 e 2 - Questão 18	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016)

Quanto aos dados secundários, Gil (1994) diz que podem ser coletados, basicamente, através de duas técnicas: a pesquisa bibliográfica, a ser realizada em material publicado, como monografias, livros, teses, dissertações etc. periódicos (revistas, jornais etc.), meio eletrônico (CDs de Congressos e Simpósios, Internet etc.) ou publicação por meio magnético. Pesquisa documental: pesquisa em documentos organizacionais, como relatórios, declarações, atas etc., bem como em material iconográfico restrito à organização (figuras, fotos, pinturas, filmes etc.). Normalmente, a pesquisa documental é caracterizada por material restrito à organização que se está acessando e depende de sua liberação para ser consultado. Além disso, foram utilizados programas de informática, como o excel, com o objetivo de facilitar a organização e a análise da coleta das informações de modo mais proveitoso sobre os dados levantados em pesquisa de campo.

A partir do levantamento dos dados secundários, procedemos à análise dos dados coletados com abordagem qualitativa, para trazer para o debate científico novas perspectivas metodológicas sobre a variável principal em estudo: Análise do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista FIC – PRONATEC IFPB Guarabira. Portanto, este estudo tem como finalidade primordial analisar a contribuição do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC IFPB para os egressos dos Sítios Carrasco e

Caboclo de Guarabira, como espaço de participação e de mecanismo para promover o desenvolvimento local no município de Guarabira - Paraíba.

O tratamento do material conduz à teorização sobre os dados e produz o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aponta de singular contribuição (MINAYO, 2011). No entanto, em um estudo de caso, há uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. A organização das anotações de campo é feita por meio de um processo contínuo, em que o pesquisador procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões e relações e desvendar significados que não foram esclarecidos ou externalizados no momento da aplicação dos questionários.

Toda investigação científica trata de fazer o levantamento e o tratamento do material da pesquisa. O tratamento inclui a ordenação, a classificação e a análise do material de pesquisa, que formam um conjunto de instrumentos facilitadores do registro, imprescindíveis para a sistematização e a análise das informações. O conjunto de leituras e de pesquisas, assim como os dados apresentados pelos alunos da pesquisa foram externalizados neste trabalho científico por meio de termos qualitativos encontrados nas respostas dos participantes. Assim, de posse desse material, foi possível organizar e classificar o assunto, com o intuito de familiarizar-se com os conteúdos.

Pretende-se, com este trabalho científico, deixar um legado nos campos social, político, acadêmico e institucional, para despertar um interesse ainda maior em relação a pesquisas sobre a temática do estudo, como também propor melhorias, sugestões e soluções para os problemas encontrados no decorrer da realização do estudo. No próximo item, apresentamos os procedimentos metodológicos, a caracterização do município e as descrições dos Sítios Carrasco e Caboclo e dos egressos participantes da pesquisa.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: coleta e análise dos dados

A escolha pelo Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista se justifica por ter sua representação no cenário nacional na OCB, entidade maior do seguimento cooperativista, e o MDA, que autorizou a contemplação do Curso do PRONATEC CAMPO na cidade de Guarabira, que teve o IFPB como responsável por acompanhar a referente qualificação. As entrevistas foram feitas *in loco*, na Escola Rural do Sítio Carrasco e nas residências rurais dos moradores do Sítio Caboclo, depois de um prévio contato pessoal, telefônico e por e-mail com profissionais do IFPB Guarabira, líderes das comunidades rurais e

até alguns egressos. Com esse contato e a explicação sobre a natureza da pesquisa, conseguimos chegar diretamente aos pesquisados e fazer a entrevista frente a frente, dando respaldo à pesquisa dos egressos dos Sítios contemplados.

Para coletar os dados, foi utilizado um roteiro semiestruturado, com apoio da entrevista com os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo. O primeiro tem mais de dez anos de associação. Mesmo assim, os egressos afirmaram que nunca participaram de Curso antes da chegada do PRONATEC CAMPO do IFPB Guarabira. Já o Sítio Caboclo conta com a associação há mais de vinte anos, e os egressos afirmaram já ter participado de outros cursos oferecidos pelo Senar e pelo Sebrae antes de o PRONATEC CAMPO do IFPB Guarabira ter sido apresentado no local de origem deles. Nossa intenção, a princípio, era de trabalhar com uma amostra maior de 31 egressos, entretanto, no decorrer da pesquisa, tivemos dificuldades de prosseguir com esse total. Desses 31, apenas dez apresentaram condições de continuar na pesquisa. O critério de inclusão incluiu a coerência e a consistência das respostas, além do desejo de participar da pesquisa. Alguns deixaram em branco ou responderam não. Do total de dez egressos, dois responderam ao questionário, e os oito, às entrevistas em tempo hábil com a qualidade de respostas necessárias (respostas completas de todos os itens) para análise. Do material recebido e gravado, optamos por analisar em profundidade todas as entrevistas, quanto aos objetivos propostos para a análise.

A atuação do curso refere-se aos anos 2013 e 2014. Esse universo representa os moradores egressos com residência nos Sítios Carrasco e Caboclo na cidade de Guarabira PB.

No montante dos egressos pesquisados, o estudo apresentou as respostas referentes aos objetivos propostos pela pesquisa. As entrevistas foram apoiadas nos objetivos da pesquisa e visaram apresentar a percepção dos egressos sobre o que entendem como cooperativismo.

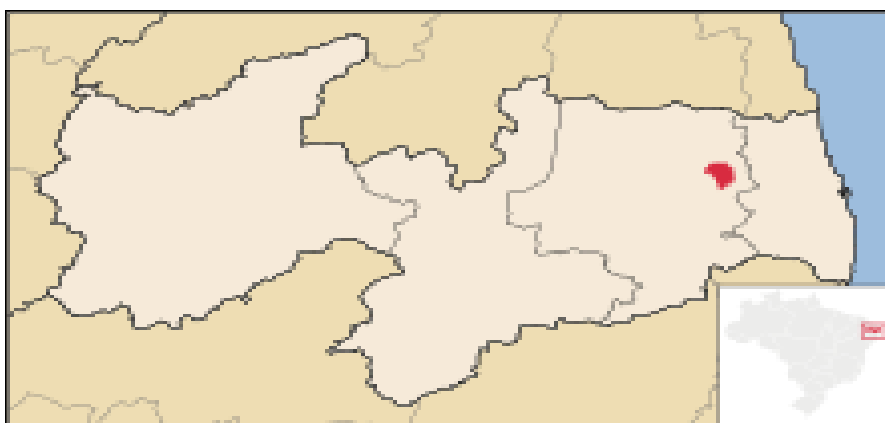
No que se refere à proposta de ação do programa PRONATEC, os dados foram coletados por meio de análise documental e a relação entre ele e o trabalho com os egressos no Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista promovido pelo IFPB Guarabira. Deslocamo-nos deslocou para aplicar a entrevista no lugar de origem dos egressos. Isso pode ser destacado como ponto positivo, porque eles se sentiram à vontade para apresentar suas respostas. Devido a isso, o andamento dos procedimentos para investigar a percepção que os egressos tiveram do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista promovido pelo IFPB Guarabira foi o mais real possível. A seguir, apresentamos a caracterização da cidade de Guarabira.

3.1.1 Guarabira: caracterização

Segundo o IBGE (2007), o território compreendido entre o litoral e o lugar onde é o atual município foi percorrido pelos franceses que, aliando-se aos índios potiguares, passaram a explorar a região em busca de ouro que supunham existir na Serra da Capaoba, hoje Serra da Raiz. O desbravamento encontrou obstáculos nos combates entre os índios aliados aos franceses, de um lado, e os portugueses colonizadores da capitania, de outro, o que levou o governador Feliciano Coelho de Carvalho, em 1592, a expulsá-los. Por volta de 1641, holandeses também ali estiveram procurando ouro durante curto período. E como as pesquisas foram infrutíferas, retornaram ao seu ponto de partida. José Gonçalves da Costa Beiriz, português oriundo de pequena cidade de Beiriz, é considerado o fundador do município. Chegou em 1755, adquiriu terras, fundou o engenho de cana-de-açúcar e fixou-se com a família, dando origem ao povoamento. Por estar situado em território indígena, foi denominada de “Guaraobira” ou “Guirabira”. Em 1837, passou a ser chamada de Independência, mas, em 1877, voltou à denominação de Guarabira.

As figuras abaixo mostram a localização geográfica e a divisão territorial entre municípios da cidade de Guarabira.

Figura 4 – Localização geográfica do município de Guarabira - PB

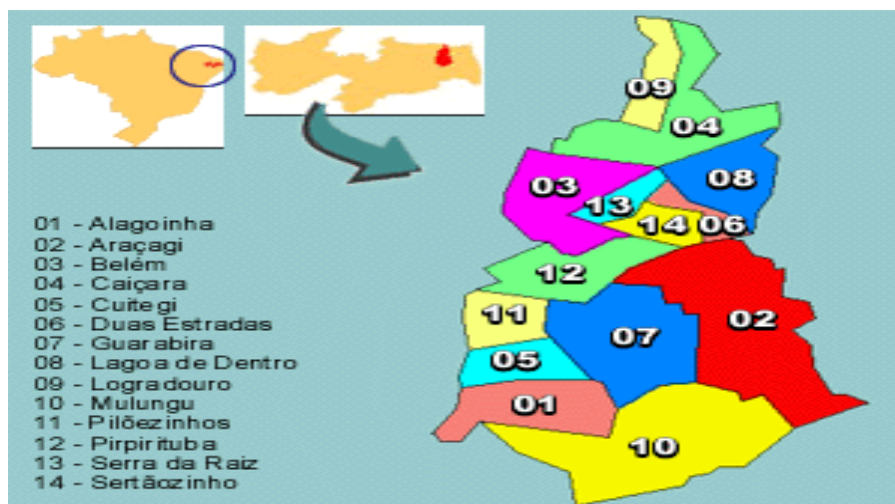


Fonte: (IBGE 2013).

De acordo com as Figuras 4 e 5, Guarabira tem uma localização privilegiada no contexto geográfico, pois fica na Região Agreste do estado da Paraíba e faz fronteira com mais de 14 municípios da região, o que favorece sua economia local e adjacências. Outro fator importante é sua proximidade com a capital paraibana, a cidade de João Pessoa, a 98 Km, Campina Grande – PB, a 89 Km, Mamanguape – PB, a 46,7 Km, e a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a 175 Km. Esses dados reforçam que a potencialidade estratégica da

localização geográfica beneficia a população e o comércio urbano e o agrário da cidade de Guarabira (IBGE, 2015).

Figura 5 – Mapa dos municípios que se limitam com Guarabira-PB



Fonte: Dados da pesquisa - 2016

O quadro seguinte mostra os indicadores sociais, a representação política e as principais atividades econômicas realizadas no município de Guarabira:

Quadro 4 – Indicadores sociais, representação política e atividade econômica

Indicadores sociais	Representação política	Atividade econômica
IDH: 0,673 médio	Poder Executivo Municipal	Comércio e Indústria
PIB R\$: 630 852,000 mil	Poder Legislativo com 15 vereadores em exercício	Construção Civil e Agricultura
PIB per capita: R\$ 10 862 06		Urucum
FPM: 800.000,00	39 978 eleitores aptos	Avicultura

Fonte: (IBGE 2013/PMG2013).

A partir das figuras e do quadro que foram apresentados acima, é possível conhecer os aspectos sociais, políticos, econômicos e territoriais do município de Guarabira, como também o seu contexto histórico. A seguir, apresentamos a descrição dos sítios citados e o perfil dos seus egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista PRONATEC CAMPO Guarabira, que foi objeto de análise da pesquisa.

3.1.2 O Sítio Carrasco

José Gomes dos Santos Terceiro¹, conhecido como Neno do Carrasco, apelido dado pelo próprio povo do Sítio Carrasco, afirmou, por meio de uma entrevista, que assumiu a comunidade em péssima situação, sem nenhum suporte legal de que toda comunidade precisa. Entretanto, procurou se empenhar e buscou o suporte da gestão municipal no sentido de implantar serviços básicos como: energia elétrica, telefonia, posto de saúde e água encanada, em parceria com o governo do estado e o governo federal.

O referido líder da comunidade procurou suporte dos órgãos públicos, do Banco Mundial e do Projeto Cooperar para ações em prol da comunidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Sítio Carrasco.

Ainda de acordo com o entrevistado, os primeiros trabalhos foram para construir casas destinadas às famílias que moravam em casas de taipa. Na oportunidade, houve parcerias com o Ministério das Cidades, com empresas privadas, com a Associação e com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Foram construídas 29 casas, mas com um total de 40 para serem construídas. Hoje a comunidade tem mais de cem famílias com grau escolar bom, uma escola construída desde 1979, que nunca fechou e funciona com a educação infantil. Quanto ao ensino fundamental e ao médio, a prefeitura disponibiliza um ônibus para levar e trazer os alunos da comunidade. O presidente da Associação do Carrasco complementa que o Sítio é uma referência na cidade de Guarabira, em relação ao desenvolvimento socioeducativo e que a Associação tem um papel fundamental para essa melhoria contínua da comunidade. Segundo ele, “Nascer pobre é o destino, continuar na pobreza é uma falta de oportunidade”.

Outro benefício implantado na comunidade foi a Academia da Saúde, a pedido da Associação do Carrasco em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarabira e convênio com o Governo de Estado. Em 2002, gerou empregabilidade no serviço terceirizado da CAGEPA com os associados da Comunidade do Carrasco. A associação tem respaldo para conseguir recurso internacional, subsídio e um estatuto que dá os poderes e o direito para o Presidente da associação trabalhar. Ele afirmou que a associação dispõe de uma sede e que há uma parceria com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil.

Na associação, desenvolvemos trabalhos no seguimento da agricultura, da agropecuária, que ganharam reforço com a chegada do Pronatec do IFPB de Guarabira, após realização de dois cursos, um de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, e outro, de

¹ José Gomes dos Santos Terceiro (Presidente da Associação de Moradores do Sítio Carrasco)

Promotor de Vendas. Depois desses cursos, os egressos conseguiram trabalhar no comércio de Guarabira. Ainda de acordo com o Presidente da associação, o trabalho social é muito importante para a comunidade. É importante ter uma visão de desenvolvimento social. Segundo ele, a comunidade faz parte do Conselho dos Trabalhadores Rurais e do PNAE, com a compra da alimentação escolar tendo a sua valorização social, econômica e cultural naquela comunidade.

O nome Carrasco originou-se de uma grande propriedade que, em 1962, abrigava muitos proprietários rurais que queriam se apossar das terras da união, por isso existiam conflitos entre os proprietários e os queriam se apossar das terras. Alguns agricultores não possuíam terras e precisavam delas para trabalhar. Eles sabiam que aquelas terras pertenciam à união.

Diante desse contexto, em 1962, houve um conflito entre as partes. Nesse período, entrou em ação o advogado Osmar de Aquino, acompanhado da irmã Maria do Carmo. Esses advogados abraçaram essa causa na Justiça e reivindicaram a posse da terra que pertencia oficialmente ao governo. Assim, em 1964, a terra foi desapropriada e distribuída com as famílias que foram assentadas em 240 hectares de terra. Após essa época, o advogado, o Dr. Osmar de Aquino e Dona Maria do Carmo foram presos e, junto com outros, tiveram de ir para Cuba. Porém, mesmo sem o apoio dos advogados, o povo insistiu e conseguiu a posse efetiva das terras. A valentia desse povo originou o nome Carrasco.

Nas palavras do Presidente da Associação do Carrasco, transcritas na íntegra: “Esse olhar de conflitos no Carrasco foi no passado, hoje todo mundo estuda. Antigamente a Associação contratou um professor para dar aula à noite. Isso hoje é conhecido como o EJA, no ano de 1992 a 1997, para que aquelas pessoas pudessem se alfabetizar. Segundo o mesmo, o professor era da comunidade e parceiro da Associação, e isso facilitou a relação entre o pessoal da comunidade nas aulas à noite. Ele ainda fala que, mesmo com muitas dificuldades, conseguiram êxitos com alguns moradores da comunidade que, através desse apoio, conseguiram se formar em Direito e em outros cursos”.

Em relação à economia do Sítio Carrasco, os moradores sobrevivem da previdência, do Programa Bolsa-família, da garantia de safra e da cultura de várias plantações de pequeno porte. Quanto à educação, durante o dia, funciona do 1º ao 5º ano, no Sítio Carrasco, com cerca de 30 a 40 alunos cujas idades variam entre quatro e sete anos, que estudam em salas multisseriadas. A outra fase da educação é realizada no Centro de Guarabira.

As parcerias de algumas entidades com o Sítio Carrasco têm que ser respaldadas através do Estatuto da Associação.

Na sequência, fazemos uma abordagem sobre o outro sítio contemplado na pesquisa com um avanço e iniciativa de um restaurante criado por quatro mulheres.

3.1.3 O Sítio Caboclo

A comunidade agrícola Caboclo, localizada na zona rural da cidade de Guarabira, distante aproximadamente 10 km, tem uma associação de moradores que desenvolve um projeto de criação de galinhas de capoeira. Embora essa associação seja chamada de Caboclo, em referência ao lugar onde está inserida, também conta com os moradores das comunidades de Maciel, Passagem e Serrinha. Suas atividades começaram há 20 anos. É composta de 21 famílias, dez das quais 10 engajadas na produção de alimentos. Essas comunidades são formadas por pessoas resistentes ao êxodo rural, prática muito comum no Nordeste ou na Paraíba, nas décadas passadas. Os que permaneceram nas terras criaram gado e plantaram suas lavouras às margens do rio Araçagi. Mais tarde, surgiram em cena mulheres talentosas e destinadas a conseguir uma renda extra para complementar o orçamento doméstico.

Segundo a Senhora Graça, presidente da associação, tudo começou com as mulheres unidas com um único objetivo, que era o de mudar de vida: começaram a criar galinha caipira em seus terreiros, e o resultado foi favorável, o que despertou o interesse dos homens. Assim surgiu a Associação dos Moradores do Sítio Caboclo. Mas isso era apenas o início de tudo, pois eles queriam aumentar sua criação e não sabiam como fazer, por isso procuraram ajuda do Projeto Cooperar (Unidade Administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG). Depois de muitas idas e vindas, conseguiram um expressivo volume de pintos caipiras, divididos em poedeiras e de corte, repartidos em igual número entre os membros da associação. Sem muita experiência no manejo, passaram por enormes dificuldades para tocar a criação. Alguns ficaram pelo caminho e venderam seus frangos por um preço nada vantajoso. Enfim, ficaram na criação apenas dez famílias. Hoje, os criadores que ultrapassaram essa fase conseguiram um contrato com a prefeitura, através da associação, para fornecer parte de sua produção à merenda escolar por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e o restante da produção foi destinado aos moradores do entorno, assim como das cidades próximas de Araçagi e Guarabira.

O restaurante “Sabor Camponês” foi criado por algumas senhoras da associação a partir de um Curso do PRONATEC oferecido no Sítio Caboclo, com o intuito de oferecer

culinária típica fornecida com produtos orgânicos das pequenas propriedades participantes da associação.

Após a apresentação dos dois Sítios acima, vem em seguida um pouco a história de luta e conquista dos egressos.

3.1.4 Os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo

Todos os egressos participantes da pesquisa são de origem rural e raízes oriundas de uma história da liga camponesa, da qual seus familiares participaram no passado. Ainda nesse contexto, teve como marco uma batalha por um pedaço de terra, a que só tinham direito os coronéis da época. Porém, com coragem e persistência, esses homens e mulheres mostraram união e força para se fixar no campo. Assim, aproveitaram o espaço conquistado para tomar posse de sua terrinha, poder cultivar e produzir sua alimentação de subsistência e escoar uma pequena produção de excedentes para vender entre seus vizinhos e moradores de outros sítios mais próximos.

O presidente de uma das associações e alguns egressos contaram um pouco dessa história da vida camponesa durante a pesquisa e disseram que, se não fossem essas lutas no passado, talvez hoje não estivessem na literatura dos livros de histórias e em documentos oficiais na cidade de Guarabira - Paraíba. Um dos egressos fez um relato sobre sua história de luta até chegar à universidade pública. Ele saiu de casa, na zona rural, e caminhou certa distância pela estrada de barro até chegar à BR e pegar um ônibus para a cidade. Essa foi uma situação particular mais simples, mas outros, muitas vezes, não tinham sequer um pão para se alimentar e ir à escola. Esses eram os desafios frequentes dos egressos que participaram do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista. Nas entrevistas, alguns disseram que houve uma breve melhoria de alguns anos recentes, pois, nas gestões dos anos de 2003 a 2016, os trabalhadores rurais conseguiram algumas conquistas e diminuíram suas saídas do local de origem para os grandes centros. Essas conquistas levaram o pequeno agricultor familiar a produzir o alimento para as escolas com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Isso fez com que as famílias do campo tomassem gosto e expandissem sua produção entre os vizinhos da comunidade.

Para alguns egressos, o que faltava na comunidade para consolidar os trabalhos em união era a confiança para lidar com os trabalhos que precisam de acompanhamento técnico, pois temiam que algo pudesse dar errado e que eles ficassem no prejuízo. Eles agradeceram por terem tido a oportunidade de ter um curso na comunidade, algo que não havia acontecido

antes, e que chegada do PRONATEC, com um curso voltado para o cooperativismo, despertou a vontade de produzir e montar o próprio negócio, mas que seria preciso passar para os colegas a aprendizagem cooperativista que foi vista em sala de aula e pôr em prática.

O capítulo 4 traz a apresentação e as análises dos dados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nosso objetivo, com esta dissertação, foi o de analisar as contribuições para os egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo em Guarabira no estado da Paraíba, no tocante à aprendizagem organizacional na prática do cooperativismo rural.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa do tipo estudo de caso, com caráter exploratório. De acordo com Gil (2010), esse tipo de pesquisa tem o objetivo de proporcionar mais familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Os resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos considerando-se a aprendizagem organizacional na prática do cooperativismo rural dos egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativistas do PRONATEC - Campus Guarabira do IFPB Paraíba, por meio de entrevistas semiestruturadas, do levantamento de números de acessos dos egressos do Curso específico do programa, durante o período pesquisado, e do questionário, que expõe os dados sociais dos pesquisados.

Nas entrevistas, intencionamos extrair dos egressos as contribuições das aprendizagens e a atuação deles depois do Curso e a inserção no cooperativismo e apresentamos as contribuições do PRONATEC para o cooperativismo rural. Ainda em relação à entrevista, houve um único roteiro para os egressos sem nenhuma diferenciação, com o fim de padronizar as entrevistas.

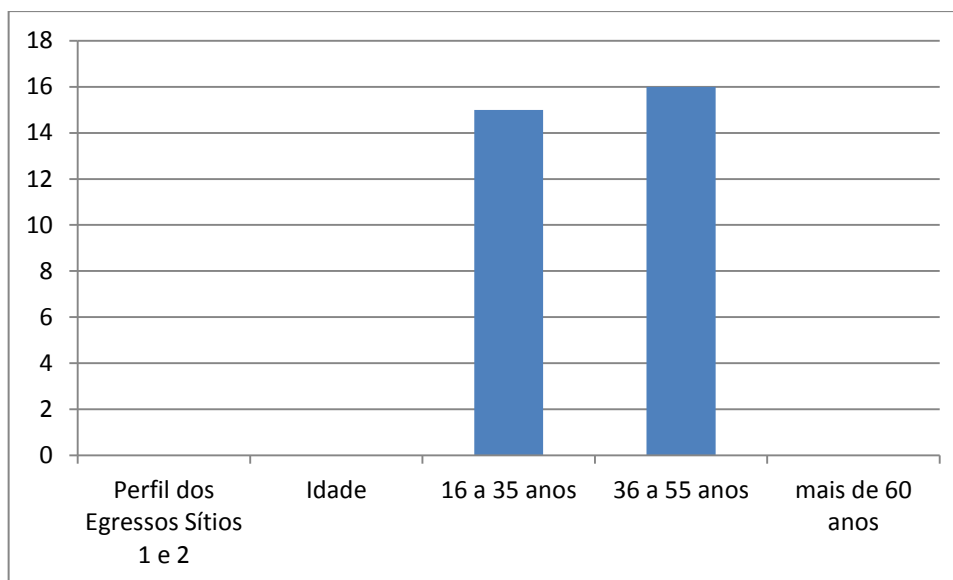
Neste estudo, o procedimento metodológico adotado foi descritivo e exploratório, com a natureza dos dados qualitativa e alguns dados quantitativos. Qualitativa, por termos empregado a entrevista semiestruturada, e quantitativa, por termos feito o levantamento do perfil dos egressos do PRONATEC do IFPB Guarabira. Ressaltamos que os dados quantitativos foram gerados a partir do perfil dos egressos em um gráfico no quadro 4, do item 4.1, que mostra na pesquisa suas informações sociais. Esses dados quantitativos serviram para demonstrar o número do perfil dos egressos participantes do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC do IFPB Guarabira, sua idade, o sexo, o estado civil e a escolaridade.

Portanto, este capítulo foi dedicado à apresentação, à interpretação e à discussão dos resultados da pesquisa, obtidos por meio de questionários e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC do IFPB Guarabira.

Inicialmente, construímos um perfil dos entrevistados, para apresentar os resultados e as análises relacionadas às informações sociais, como idade, sexo, estado civil e escolaridade dos egressos do PRONATEC. Na sequência, apresentamos as contribuições das aprendizagens, a atuação dos egressos depois de concluírem o curso, sua inserção no cooperativismo e as contribuições do PRONATEC para o cooperativismo rural em favor de uma promoção de cidadania para os homens e as mulheres do campo. A consideração dos resultados da pesquisa se dá no sentido de discutir sobre os conjuntos de respostas, partindo da representação de cada grupo formado pelos egressos do Sítio 1 e do Sítio 2, como demonstrado no quadro de respostas, e o conjunto de respostas previamente delimitadas de acordo com o foco das questões dos perfis dos egressos.

4.1 PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO FIC

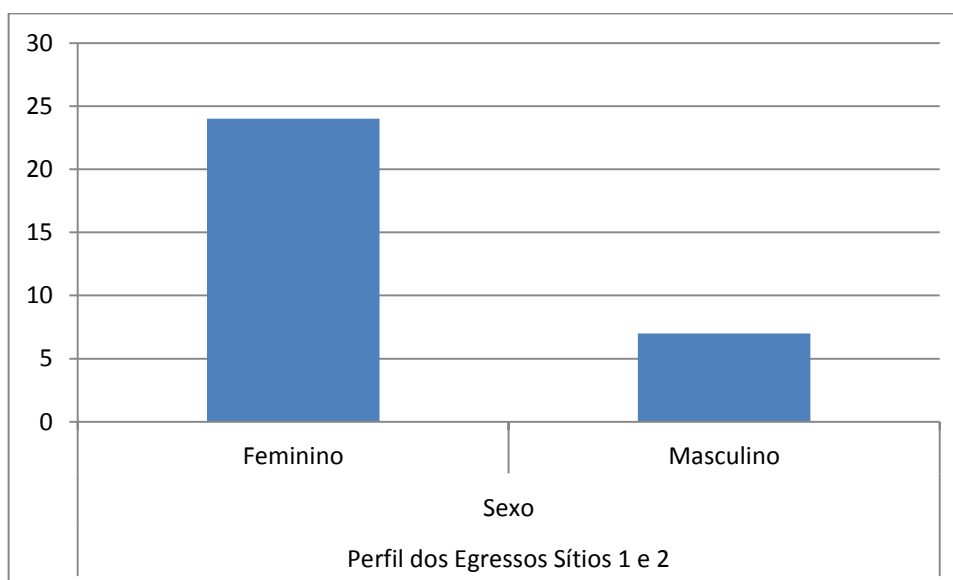
Conforme já mencionado em capítulos anteriores deste trabalho, os egressos compõem os sujeitos que se disponibilizaram a responder aos questionários e às entrevistas semiestruturadas. Só fizeram parte do universo estabelecido os que realmente participaram do Curso com frequência. Depois de definir o universo, entendemos que seria preciso conhecer bem mais o perfil dos egressos que foram entrevistados. Para isso, além da entrevista, coletamos dados sociais, idade, sexo, estado civil e escolaridade, com o intuito de estabelecer conexões entre os pesquisados e algumas reflexões a respeito do que estava sendo relatado nas entrevistas. Esses dados gerais estão dispostos no gráfico referente ao perfil dos egressos dos Sítios 1 e 2, na página seguinte:.

Gráfico 1 – Idade dos egressos

Fonte: Dados Pesquisa de campo (2016).

Quanto à relação aos dados apresentados no gráfico, do ponto de vista da idade, o maior percentual ficou entre 36 e 55 anos, com 16 egressos, e 16 e 55, com 15.

O gráfico 2 apresenta os dados referentes ao sexo dos egressos dos Sítios 1 e 2.

Gráfico 2 – Sexo dos egressos

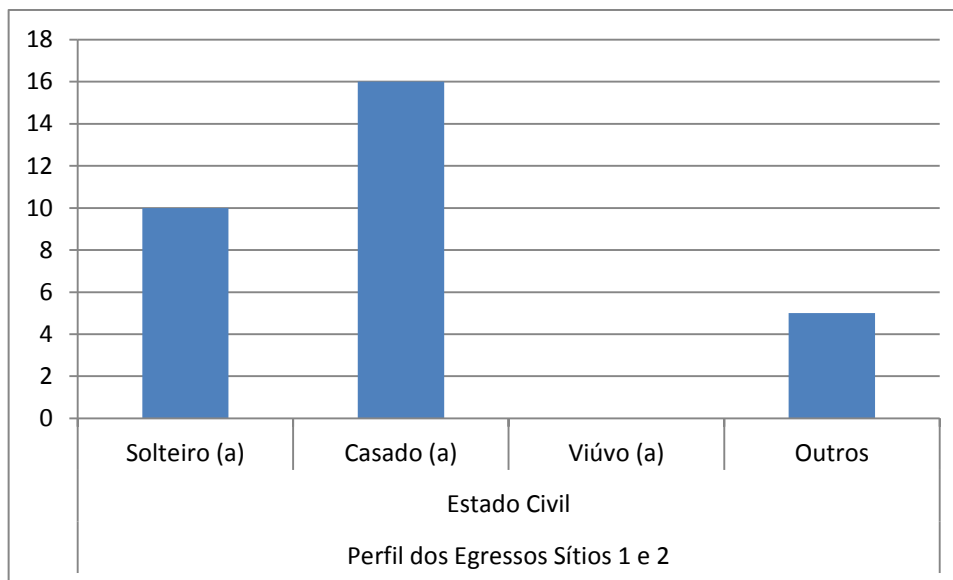
Fonte: Dados da pesquisa de campo - 2016

No que diz respeito ao sexo, o destaque ficou para o feminino, com 24 egressas, uma vez que o masculino foi representado por sete egressos. Algumas das entrevistadas disseram que o número maior de mulheres que estudam se justifica porque, como os homens trabalham

o dia todo na roça e em outras atividades, à noite, não têm mais disposição para estudar em consequência do cansaço.

Já em relação ao estado civil, o Gráfico 3 apresenta as seguintes informações:

Gráfico 3 – Estado civil dos egressos

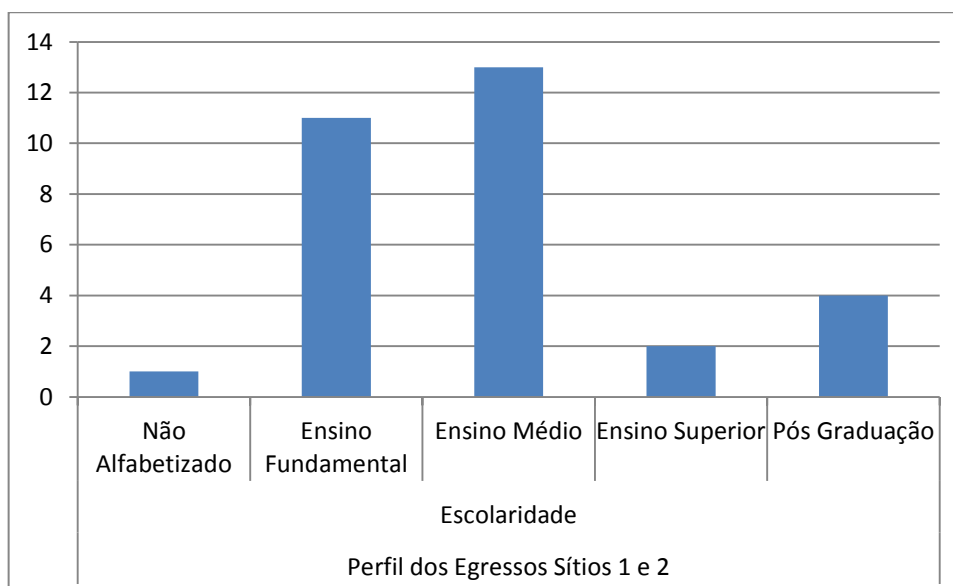


Fonte: Dados Pesquisa de campo (2016).

Com destaque, o número de casados (as) ficou com 16 (dezesesseis) egressos, os solteiros (as), com dez, viúvos (as), com zero, e outros, com cinco.

Para finalizar essa etapa, apresentamos a escolaridade no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo - 2016

Os dados relacionados à escolaridade apresentam-se da seguinte forma: um egresso não alfabetizado; 11, com Ensino Fundamental; 13, com o Ensino Médio; dois, com Ensino Superior; e quatro, com Pós-graduação.

Nas questões 3 e 5 – sobre se já conheciam o cooperativismo antes do início do Curso FIC do Pronatec Guarabira, a maioria das respostas obtidas nos dois Sítios foi negativa, pois os egressos alegaram que não tinham conhecimento nem tinham ouvido falar nessa palavra antes da chegada do Curso ao local de origem deles. Apenas uma egressa afirmou conhecer o cooperativismo através da internet e de ter ouvido falar que, em Guarabira, havia algumas cooperativas. Quanto à participação deles em alguma cooperativa antes do curso, responderam que não, pois nunca ouviram falar. Esta fala de uma egressa confirma essa assertiva:

S1E1: “Sim, nem sim nem não, mas um pouco não conhecia assim tão, mas eu conhecia porque eu conheço várias cooperativas inclusive na internet tem várias aqui em Guarabira tem várias cooperativas e através desse Curso foi que eu vim conhecer melhor como funcionava uma cooperativa. Nenhum, nunca tinha feito nenhum Curso de cooperativismo, foi o primeiro. Quero agradecer primeiramente ao PRONATEC e ao Instituto Federal que foi a partir dele, trouxe essa prioridade pra gente aqui dessa comunidade eu não sou dessa comunidade, mas me sinto dessa comunidade, porque foi a partir dela que tive acesso a estudar no Pronatec e fazer o Curso de Cooperativismo”.

A seguir, apresentamos as contribuições das aprendizagens.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS APRENDIZAGENS

Neste item, relativo ao objetivo 2, apresentamos os resultados das questões 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 19 sobre as contribuições das aprendizagens. Inicialmente, os egressos dos Sítios 1 e 2 responderam à questão 1 - sobre o principal significado do cooperativismo. Em suas repostas, destacou-se a palavra União. As entrevistas e algumas respostas no questionário fortaleceram essa união do trabalho coletivo entre 20 pessoas, cooperando e desenvolvendo a aprendizagem no local de origem de forma igualitária e solidária. Gawlak (2010) diz que o cooperativismo vem da palavra cooperação. “É uma doutrina cultural e socioeconômica, fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos”.

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção do trabalho e do consumo com o foco no atendimento às

necessidades comuns dos seus associados, e não, apenas, no lucro, no que se diferencia dos demais empreendimentos. Os egressos dos Sítios 1 e 2 definem assim o cooperativismo:

S1E1: “O cooperativismo pra mim é a união de 20 pessoas, ou seja, o cooperativismo é a união faz a força, se não tiver união não tem andamento, o lema é a união faz a força”.

S2E18: “É a união de pessoas visando o bem comum de forma solidária, igualitária com justiça e ética”.

Em relação às questões 2 e 4 - sobre que nota os egressos dariam ao curso e como souberam do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista em sua comunidade – as respostas dos egressos dos dois Sítios foram unânimes – todos deram nota 10 - e alguns deram sua justificativa. Uma delas foi o fato de que, com o curso, tiveram como obter conhecimento em cooperativismo, entender como funciona de forma coletiva em uma comunidade, além do suporte dos professores capacitados para ministrar as aulas da melhor forma possível, estimulando o trabalho em grupo, como demonstrado nestas falas:

S1E1: “Foi através do Curso que eu vim conhecer o que era o cooperativismo, o que é uma cooperativa que eu ouvia falar mas eu não sabia o conceito principal de como funciona uma cooperativa e foi a partir desse Curso que aprendi muito e ainda estou aprendendo”.

S2E7: “Além do aprendizado, ensina agente trabalhar em grupo e como formar uma cooperativa”.

Sobre os egressos dos Sítios 1 e 2 souberam do curso, eles responderam que foi através das representações dos líderes comunitários, de entidades e instituições, como os presidentes das Associações dos Sítios Carrasco e Caboclo, pela EMATER, pela Prefeitura de Guarabira, pelo IFPB Campus Guarabira, pela Associação dos Trabalhadores Rurais e pelo Rádio.

A esse respeito, vejam-se estas falas:

S1E9: “Em primeira mão pela Associação de Trabalhadores Rurais e por algumas colegas que comunicaram que tinha essa oportunidade de aprender mais com esse Curso né”.

S2E8: “Através da pessoa de Graça Presidenta da Associação e da rede de comunicação, teve a EMATER, Prefeitura, o IFPB”.

Quanto às questões 6 e 7 - sobre as aprendizagens mais importantes para e quais as mais importantes nas disciplinas estudadas – os egressos de ambos os sítios disseram que a liberdade de expressão, a solidariedade, a união das pessoas, o trabalho em equipe e a construção do conhecimento fizeram com que compreendessem bem mais os conteúdos ensinaram no curso. Já em relação aos conhecimentos mais importantes que apreenderam nas disciplinas estudadas no curso, a maioria dos egressos mencionou o Direito do Consumidor, porquanto não tinham conhecimento dos seus direitos como cidadãos, portanto, esse era um assunto novo para eles, sem desprezar as outras disciplinas.

Sobre a aprendizagem, Cranton (1994, p. 48) a define como “multidimensional e pode influenciar as perspectivas de significado de várias maneiras e em diferentes níveis”. Ocorre de várias maneiras e em diferentes níveis, mas sempre de forma complexa (STACEY, 1998). Essa complexidade, inerente à natureza humana e à sua relação com o mundo, demanda a necessidade de estudos que considerem os diferentes contextos em que as pessoas vivem e trabalham.

A convivência entre pessoas exerce um papel importante na aprendizagem formal ou informal (TAMKIN; BARBER, 1998). Como afirma Dewey (1979, p. 6), o ser humano que vive só (mental ou fisicamente) teria poucas possibilidades ou ocasiões de refletir sobre suas experiências ou para lhes extrair clara significação. “A desigualdade de eficiência dos adultos e dos jovens não só exige que se ensine a esses, como também a necessidade desse ensino é um poderoso estímulo para dar à experiência ordem e forma que a torne mais facilmente transmissível e, por conseguinte, mais utilizável”.

Merrian e Yang (1996) afirmam que a relação entre experiência vivida e aprendizagem é bem estabelecida na literatura e na prática da educação de adultos e que as experiências vividas, na ótica de vários autores, envolvem tanto estímulos quanto recursos para a aprendizagem. Quanto à aprendizagem organizacional, conforme já dito, o indivíduo é seu cerne. Ela representa a transferência de conhecimentos do indivíduo para o grupo e do grupo para a organização. Nesse contexto, o indivíduo é considerado o ponto central de todo o processo o causador desse processo, servindo de instrumento ou de resultado (TELES; CORREA, 2007, p. 2).

Segundo Fleury e Fleury (2004), o processo de aprendizagem organizacional não envolve apenas a elaboração de novos mapas cognitivos que viabilizam a compreensão da dinâmica dos ambientes interno e externo, mas também a definição de novos comportamentos que evidenciam a efetividade do aprendizado.

Para os egressos, os aprendizados mais importantes foram:

S1E1: “Ser solidário, compreensivo, organizado, ter liberdade expressão e vários outros pontos tanto positivos quanto negativos”.

S2E1: “O cooperativismo mesmo, por em prática tudo o que foi passado na atividade em sala de aula”.

Sobre os conteúdos mais importantes estudados nas disciplinas, os egressos disseram:

S1E1: “A primeira disciplina foi bastante interessante de Fundamentos do Cooperativismo, que foi a partir daí que agente veio estudar o que era realmente uma Cooperativa, que são fundamentos e princípios de como funciona uma Cooperativa, a segunda disciplina a Legislação agente conheceu como funciona as leis de como dirigir uma Cooperativa, a terceira disciplina foi a Administração de Empresas agente tem que saber como funciona, como deve administrar uma empresa foi a partir dessa disciplina que a gente conseguiu entender que é realmente administrar uma empresa e a terceira disciplina que foi Direito do Consumidor que pra abrir uma Cooperativa todos tem que saber seus direitos e deveres foi a partir dessa disciplina que agente estudou os direitos e os deveres de cada associado, Motivação e Trabalho em Equipe foi outra disciplina muito interessante pra gente porque um trabalho em grupo, um trabalho em união de pessoas tem que ter motivação, tem que ter um bom trabalho pra uma equipe, outra disciplina foi Projeto de Empresas Cooperativistas pra se abrir uma Cooperativa antes tem que elaborar Projeto e a partir dessa disciplina conseguiu elaborar um projeto para abrir uma Cooperativa.”

S2E3: “Direito do consumidor”.

No que diz respeito à questão 8 - sobre quais contribuições o Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista proporcionou para os entrevistados - eles disseram que o curso ensinou a formar uma cooperativa, a entender o que é uma e como trabalhar com ela, a trabalhar a aprendizagem coletivamente, a proporcionar à comunidade o desenvolvimento local e ajudou a criar o Restaurante Camponês. Também contribuiu para o conhecimento das pessoas da comunidade e fortalecer o contexto da cooperativa nos sítios em que residem.

O PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO – FIC do IFPB - Campus Guarabira - é regido pela Resolução nº 111, de 14 de junho de 2012, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Oferta dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Aqui apresentamos o que os egressos responderam sobre as contribuições do Curso FIC:

S1E10: É muita informação e muito aprendizado que ele trouxe, talvez no primeiro impacto agente ficou até meio assim, mas depois com o tempo agente passou a entender a importância de cada uma e trouxe não só pra gente querer formar alguma coisa, mas no dia a dia, por exemplo o direito do consumidor, agente aprendeu muito com isso, fundamentos do cooperativismo como eu nunca tive oportunidade de ver como se forma todo esse processo então assim agente teve oportunidade de aprender e de agente quiser formar uma cooperativa né, então ao todo foi muito bom, foi muito amplo o aprendizado e o ensinamento e também os professores foram ótimos demais facilitando esse nosso aprendizado do dia a dia.

S2E10: “Me ajudou na vida, no dia a dia, não só no trabalho como também no meu desenvolvimento como pessoa e ser humano, aprendi muito devido ao cooperativismo”.

Os egressos também foram perguntados (questões 9 e 10) sobre as dificuldades durante o curso de formação e as vantagens de terem feito o curso no local de origem.

A respeito das dificuldades que tiveram durante o curso, os egressos disseram que o cansaço foi um dos pontos negativos por conta do trabalho durante o dia, além da distância, da comunicação, do transporte e da dificuldade de respeitar a ideia do outro nos debates e nos trabalhos em grupo. Sobre as vantagens de ter realizado o curso no local de origem, disseram que foi bom porque ficou perto de casa, valorizou o lugar de origem deles, levou o curso para a zona rural e fizeram um curso de uma Instituição Federal na comunidade onde vivem. No contexto da formação, a OCB (2007), descrita no 5º princípio, apresenta que a educação, a formação e a informação promovem nas cooperativas a educação e a formação para seus membros, representantes eleitos e trabalhadores para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas.

Ainda para reforçar a questão da formação, Dewey diz que a educação deve ser vista em termos dinâmicos, a fim de que possa servir à cooperação e ao entendimento social. A autonomia proposta para a gestão das cooperativas de cunho solidário é amplamente considerada pela filosofia da educação de Dewey, posto que “mais educação significa maior capacidade de pensar, comparar e decidir com acerto e íntima convicção. De outra forma, não há liberdade” (1980, p.111).

Para os egressos, as dificuldades enfrentadas durante o curso de formação e as vantagens de ter realizado o curso no local de origem geraram as seguintes respostas:

S1E1: “Pra quem trabalha, pra chegar cansado e estudar a noite é um pouco cansativo só essa dificuldade mais outras coisas não”.

S2E7: “Foi só o meio de transporte”

S1E3: “A vantagem foi boa né, eu me senti orgulhosa tá ali participando daquele Curso, um Curso federal, ali na minha comunidade onde eu nasci, eu achei um espetáculo achei ótimo tá ali junto participando do Curso”.

S2E9: “Foi gratificante porque foi o primeiro Curso a ser implantado aqui na região”.

Na questão 11, foi perguntado aos egressos acerca dos princípios que eles aprenderam nas aulas durante o curso. Eles disseram que a moral, a organização, a união das pessoas, o respeito entre os colegas, a cooperação no grupo, a ética e a socialização dos membros do curso ajudam a consolidar os princípios em uma comunidade cooperativista.

Para Gawlak e a OCB (2007), os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam seus valores à prática.

1. Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas as pessoas que estão aptas a utilizar s seus serviços e a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, social, racial, política e religiosa.
2. Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente da formulação de suas políticas e da tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis por eles. A maioria das cooperativas mantém a mesma gestão durante vários mandatos, mas o acesso de outros cooperados à gestão é muito difícil.
3. Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão, e destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:
 - a) Desenvolver suas cooperativas, eventualmente, através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
 - b) Beneficiar os membros na proporção de suas transações com a cooperativa;
 - c) Apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se firmarem acordos com outras

organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático por seus membros e mantenham sua autonomia.

5. Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, para que eles possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opiniões, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
6. Intercooperação: as cooperativas servem, de forma mais eficaz, aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7. Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

A OCB (2010) acrescenta que os princípios são interdependentes e considerados os alicerces para a estruturação do estatuto de uma cooperativa. Com base na reformulação de 1995, os três primeiros remetem à dinâmica interna da cooperativa, e os três últimos influem nas condutas internas, mas intensificam suas relações externas. O quarto princípio complementa os três primeiros e demonstra a responsabilidade da cooperativa com os três últimos.

Esses princípios regem o Cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. Para Oliveira (2001), os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, e seus significados originais devem ser ampliados, para se contemplarem as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

Quando perguntados sobre quais os princípios que os egressos aprenderam durante o curso (questão 11), eles responderam:

S1E6: “Cooperar mais com outras pessoas, a ética, o respeito com a ideia do outro, saber compreender sem criticar a ideia do outro, saber respeitar o que outro pensa e impor a minha ideia, os meus pensamentos”.

S2E8: “Princípios de desenvolvimento de cooperativa”.

Em relação à questão 12 - sobre a participação dos entrevistados nas aulas – a maioria parte deles disseram que participaram das aulas com frequência, discutiram sobre o conteúdo com o professor, participaram de trabalhos em grupo, apresentaram trabalhos de forma

coletiva, fizeram dramatizações e assistiram a vídeos relacionados às aulas do curso. As falas abaixo confirmam essa assertiva:

S1E1: “Minha participação nas aulas foi tirando dúvidas, aqueles assuntos que ficava meio complicado levantava a mão e perguntava professor e isso não estou entendendo, quero que repita de novo, apresentação de trabalho, dúvida que agente tinha quando ia pra casa que ia ler o material encontrava aquelas dúvidas agente voltava na outra e perguntava o professor tiravam dúvidas e isso criava uma crítica na sala e tudo mais”.

S2E11: “Participei nos trabalhos em equipe, nas apresentações com os colegas, eu me avalio com uma boa participação”.

Ao serem perguntados sobre se a relação entre teoria e prática os ajudou a entender como se monta uma cooperativa (questão 13), a maioria dos egressos respondeu positivamente, pois, através da teoria exposta em sala de aula pelo professor, participaram de dinâmicas de grupo e elaboraram um projeto para construir uma cooperativa fictícia para contemplar a prática do que foi visto na teoria. Vejam-se estas falas:

S1E10: “Ajudou, porque assim, no inicio agente viu mais teoria, mas do meio pro fim nós tivemos que elaborar um projeto, nós tivemos que apresentar esse projeto onde, junto a equipe chegamos num consenso que dava certo. Então cada grupo teve que formar a sua cooperativa fictícia, na teoria foi bom demais, mas quando fomos para prática agente sentiu um pouco de dificuldade”.

S2E9: “Sim, ali agente já estava vendo uma realidade com a própria associação de trabalhadores rurais que tinha um sonho de uma implantação de uma granja. Ao mesmo tempo em que você estava vendo a teoria, você estava vendo um pouco a prática, pra ter um entendimento”.

Ainda sobre a questão 13, apenas uma aluna respondeu que a teoria e a prática eram diferentes:

S1E1: “Não, não porque a relação teoria e prática é totalmente diferente, uma coisa é no papel que é a teoria outra coisa totalmente diferente na prática, na prática agente com certeza não vai seguir aquele passo que essa na teoria vai ser outras coisas totalmente diferente da teoria”.

Para compreender a construção de uma cooperativa, a OCB (2010) a define como: “uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades” (X Congresso Brasileiro de Cooperativismo – Brasília, 1988).

Sobre a questão 19 - se pudesse optar/escolher, faria o PRONATEC de novo? Achou que valeu a pena? Ajudou em quê? Ajudou a formar uma cooperativa?, antes de apresentar as respostas dos egressos, é importante falar sobre o PRONATEC.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi instituído no dia 26 de outubro de 2011 pela Lei nº 12.513/2011, durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, que fornecia as seguintes disposições: Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera a Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio nº. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e dá outras providências (BRASIL, Lei 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011).

Assim, voltando à pergunta 19, todos os entrevistados responderam sim, porque consideram que valeu a pena participar de um curso em seu local de origem, estudar o cooperativismo voltado para o homem do campo e para a agricultura familiar, formado por Instituição Federal, e adquirir novos conhecimentos sobre o assunto coletivamente e aplicá-los em sala de aula.

Estas respostas dos egressos confirmam essa assertiva:

S1E1: “Sim, valeu sim com certeza estou sentindo muita falta não é só porque ele dá um incentivo ao estudante, mas é porque é um Curso reconhecido do Instituto Federal é Federal, são Cursos maravilhosos, ajudou acrescentar mais a minha bagagem de conhecimento, aprendi bastante com o Curso de Cooperativismo e quero aprender novamente e ajuda formar cooperativa sim”.

S2E10: “Com certeza, valeu, no crescimento ético, moral, pessoal, no dia a dia, no trabalho em todos sentidos na vida da gente. Com certeza”.

4.3 ATUAÇÃO PÓS-CURSO E INSERÇÃO NO COOPERATIVISMO

Sobre essa pergunta da pesquisa, grande parte dos egressos respondeu negativamente, alegando que não continuou no grupo para colocar a teoria em prática, além de insegurança, força de vontade dos colegas e falta de incentivo por parte da gestão pública e da própria comunidade para enfrentar o desafio de construir uma cooperativa. Já alguns que disseram

sim, de uma maneira mais tímida, responderam que deram o primeiro passo colocando um restaurante unido por quatro mulheres.

No que se refere à questão 14 – Depois de concluir o curso, você conseguiu colocar em prática a teoria estudada em sala de aula? – vejam-se estas respostas:

S1E1: “Não, porque esse não é meu rumo, sou formada em Geografia, não segui esse rumo de cooperativa, mas nunca deixei de enfrentar esse rumo, gosto bastante do cooperativismo é um Curso muito bom de trabalhar, é muito bom, muito legal trabalhar com isso, com a união de pessoas, mas futuramente quem sabe montar uma cooperativa né”.

S1E10: “Não, acredito que talvez força de vontade não só minha, mas dos demais colegas que participaram, também vejo que assim os governantes, aqui do nosso município também não teve o interesse de explorar o Curso em si, eu vejo que teve essa falha da gente e das demais pessoas que detêm o poder de querer investir mais na ideia do cooperativismo na comunidade”.

S2E2: “Sim, através do meu trabalho aqui no Sabor Camponês com um grupo de mulheres que fizemos, ela já tinha um grupo mais ainda faltava mais componentes, então ingressei para compor o grupo das 4 mulheres, o quarteto e até hoje estamos trabalhando junto”.

S2E4: “Sim. Exemplo, o restaurante agente foi desenvolvendo através do cooperativismo e da técnica de vendas”.

De acordo com as respostas, observamos diferença entre o Sítio 1 e 2, no primeiro Sítio, todos responderam que não, pois, no contexto das respostas sobre colocar a teoria em prática, realmente não foi feito nenhum trabalho na realidade para comprovar a existência de uma prática após as teorias dadas em sala. Já no segundo Sítio, a resposta foi sim, por causa do funcionamento do restaurante na comunidade. Para reforçar essa ideia de teoria e prática, Dewey (1979) retoma a questão da experiência como uma forma de somar essa teoria e prática no contexto de uma aprendizagem vivida e gerenciada no dia a dia.

Na questão 15, foi perguntado aos egressos se após o Curso eles conseguiram formar uma cooperativa ou fortalecer a já existente. Eles responderam:

S1E7: “Não, por falta de capital e quantidade insuficiente de pessoas para a formação da cooperativa”.

S1E10: “Não, às vezes agente poderia até juntar e formar, mas tipo assim, não teve esse incentivo dos órgãos governamentais e também eu vi que depois que acabou o Curso agente ficou muito eufórico, mas na hora do vamos fazer, muitas pessoas ficaram com medo, por isso que não teve, por falta de apoio de uma pessoa que entendesse que incentivasse isso também contou muito”.

S2E2: “Não. Faltou mais apoio e incentivo dos colegas que fizeram o Curso conosco”.

S2E3: “Não, agente não conseguiu formar uma cooperativa. Acho que faltou muita coisa, recurso, mais companheirismo, várias partes”.

As respostas dos egressos foram bem semelhantes, já que mencionaram a questão financeira, o receio dos colegas e a falta de pessoas para contemplar o que a cooperativa precisa oficialmente. Entretanto, para se constituir de fato uma cooperativa, segundo a OCB (2007), precisa-se de, no mínimo, 20 pessoas para iniciar o processo de formação.

Quando perguntados sobre se estavam inseridos em alguma cooperativa na cidade de Guarabira (questão 16), alguns egressos responderam:

S1E6: “Não, porque para que isso aconteça eu tenho que conhecer outras pessoas como já foi falado, uma cooperativa tem que ter mais de 20 pessoas, menos não dá certo não vai pra frente, eu não vou na cidade de Guarabira a onde tem cooperativa, na minha comunidade não tem é por isso o motivo”.

S1E10: “Não, acredito que por falta de informação, de interesse de ir atrás de alguma cooperativa e acho também esse tema assim de construir uma cooperativa na cidade de Guarabira, eu vejo uma coisa muito morta, se tem mas não é assim levado ao público ou então falta de conhecimento no cooperativista de lá que queira alguém que participe acho que não tem essa comunicação das pessoas que fazem parte de lá da cooperativa, não tem essa comunicação com os demais, pessoas interessadas”.

S2E1: “Não”.

S2E2: “Não”.

Os entrevistados dos dois Sítios responderam negativamente, por vários motivos, como falta de interesse da comunidade, o fato de não conhecerem uma cooperativa de verdade e falta de informação sobre uma cooperativa na cidade de Guarabira para servir de exemplo e de parceria para tomar como base para formar uma.

Sobre a questão 17 – sobre se os egressos receberam de alguma Instituição ou Entidade algum tipo de apoio para consolidar o cooperativismo na comunidade deles, alguns se pronunciaram assim:

S1E1: “Não, agente não recebeu nenhum incentivo, o incentivo que agente teve foi desse do Pronatec, trazer o Curso de Cooperativismo pra comunidade, mas a partir dele ao termino do Curso teve nenhum incentivo”.

S1E2: “Não, foi que faltou para a nossa comunidade o incentivo dos representantes da cidade, porque agente teve o Curso mais num teve a chegada dos representantes dos grande pra ajudar agente no incentivo. Faltou

foi só isso, mas conhecimento agente teve dos professores conhecimento amplo de tudo”.

S2E2: “Sempre que nos apoia é o pessoal do IFPB Guarabira com os seus Cursos, o Cooperar e Emater”.

S2E3: “Sim, do IFPB de Guarabira”.

Segundo as respostas anteriores dos egressos do Sítio 1, que afirmaram não ter havido nenhum incentivo, só o do Pronatec, faltou incentivo dos representantes da cidade e que por parte dos professores obtiveram conhecimento. Já os egressos do Sítio 2 disseram que o IFPB de Guarabira é que apoia os trabalhos, o que contraria a opinião dos entrevistados do Sítio 1.

4.4 AS CONTRIBUIÇÕES DO PRONATEC PARA O COOPERATIVISMO RURAL

A questão 18, que contemplou o objetivo 4, foi: Quais as contribuições que o PRONATEC do IFPB Guarabira tem dado para consolidar o Cooperativismo para os que já concluíram o Curso? Explique. Vejamos algumas das respostas dos egressos:

S1E1: “As contribuições foram abrir uma cooperativa, essas disciplinas foi dividida em disciplina e essas disciplinas foram passo a passo de como montar uma cooperativa”.

S1E10: “Durante o Curso teve todo o apoio do IFPB, mas eu vejo que logo ao término teve essa falha de continuar o trabalho, ela por ser um órgão federal deveria ter uma pessoa responsável de acompanhar após o término do Curso verificar e incentivar a criação da cooperativa, colocando uma pessoa especializada para acompanhar e dar continuidade no trabalho junto a comunidade, mas foi isso que deixou a desejar após o termino do Curso a falta de incentivo do IFPB para a comunidade”.

S2E9: “O IFPB trabalha em cima de Curso, de programa, que você fique qualificado para arrumar um emprego, o que da é infraestrutura e o apoio”.

S2E10: “A partir do momento que eles trouxeram o PRONATEC para o Campo, começou da oportunidade pra gente. Através dessa colaboração do IFPB agente conseguiu desenvolver esse ponto, esse aspecto foi muito importante pra vida da gente, foi muito essencial”.

Para reforçar as respostas dos egressos dos Sítios 1 e 2, o PRONATEC tem os seguintes objetivos, segundo a Lei 12.513 de 2011:

I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de Cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II -

fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de Cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, Lei 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011).

Ainda sobre a questão 18, os egressos afirmaram que, apesar da contribuição do programa, eles querem continuar recebendo apoio para se fortalecer no andamento da consolidação de uma futura cooperativa e suporte técnico para executar o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referimos, este estudo objetivou analisar as contribuições para os egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Campo em Guarabira - Paraíba, no tocante à aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural. É importante ressaltar que, atualmente, a questão do Cooperativismo ainda é um grande desafio para muitas pessoas, porque é um seguimento, uma filosofia conquistada com muita luta, um movimento que surgiu a partir de uma Revolução Industrial, com o objetivo de combater o retrocesso em relação à mão de obra explorada pelos grandes empresários.

Depois dos protestos dos operários, dos tecelões, dos artesãos e de tantos outros profissionais, houve conquistas no espaço democrático e participativo para se formalizar uma cooperativa, que trouxe uma nova filosofia de trabalho, de ensino e de cidadania, para que os cidadãos possam lograr êxito em suas jornadas cotidianas. Entretanto, nos dias de hoje, com um mundo globalizado de disputas desleais, é preciso ter sabedoria para enfrentar a competitividade de maneira justa e solidária, em que o saber e o capital intelectual sejam um diferencial competitivo.

No contexto deste estudo, o Cooperativismo foi entendido como uma forma de mostrar à sociedade seus princípios e doutrinas regidos pela Lei 5764/1971, que rege toda a cadeia cooperativista. Ainda em relação ao trabalho estudado, foi feita a pesquisa na cidade de Guarabira – Paraíba, no IFPB, no sentido de trabalhar no Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do PRONATEC CAMPO com os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo.

O trabalho foi fundamentado em autores que estudam as variáveis elucidadas, dentre os quais, Gawlak (2010), Paul Singer (2002), Fleury (2004), Lei nº 12.513 (2011), Dewey (1979), e outros.

Na sequência, abordamos o cooperativismo no Brasil e na Paraíba, a Aprendizagem Organizacional, o PRONATEC, o PPC FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista e a Educação Cooperativa na ótica de John Dewey.

A compilação dos dados quantitativos levantados neste trabalho, demonstrados por meio das informações registradas pela gestora do PRONATEC Guarabira e pelo SISTEC do período pesquisado, instrumentalizou a pesquisa com informações relacionadas ao acesso dos egressos ao programa. Ressaltamos que houve dificuldades quanto aos dados gerados pelo SISTEC. Por essa razão, podem-se solicitar ao Ministério da Educação e Cultura maneiras

mais eficazes, para que o profissional responsável possa acessar as informações de forma mais ágil e com segurança.

As entrevistas foram feitas *in loco*, na Escola Rural do Sítio Carrasco e nas residências rurais dos moradores do Sítio Caboclo, depois de um prévio contato pessoal, telefônico e através de e-mails com profissionais do IFPB Guarabira, líderes das comunidades rurais e até alguns egressos. Com esses contatos e a explicação sobre a natureza da pesquisa, conseguimos chegar diretamente aos pesquisados e entrevistá-los. Para coletar os dados, utilizamos um roteiro semiestruturado e entrevista com os egressos dos Sítios Carrasco e Caboclo.

Nossa intenção, a princípio, era de trabalhar com uma amostra maior de 31 egressos, entretanto, no decorrer da pesquisa, tivemos dificuldades de prosseguir com esse total. Desses 31, apenas dez apresentaram condições de continuar participando da pesquisa. O critério de inclusão envolveu a coerência e a consistência das respostas, além do desejo de participar da pesquisa. Alguns deixaram em branco ou responderam apenas não. Desse total de dez egressos, dois responderam o questionário, e os oito responderam as entrevistas em tempo hábil com a qualidade de respostas necessárias (respostas completas de todos os itens) para análise. Do material recebido e gravado, optamos por analisar em profundidade todas as entrevistas quanto aos objetivos propostos para análise.

A atuação do curso refere-se aos anos 2013 e 2014. Esse universo representa moradores egressos residentes nos Sítios Carrasco e Caboclo na cidade de Guarabira PB. No total dos egressos pesquisados, o estudo apresentou as respostas referentes aos objetivos propostos pela pesquisa. As entrevistas foram apoiadas nos objetivos da pesquisa e procuraram apresentar a percepção dos egressos sobre o que entendem por cooperativismo.

No que se refere ao PRONATEC, a pesquisa foi trabalhada com o suporte da análise documental sobre a proposta de ação do programa e a relação entre ele e o trabalho com os egressos no Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista promovido pelo IFPB Guarabira. A escolha por entrevistas os egressos dos dois sítios se justifica porque são moradores oriundos da zona rural e estão presentes em suas localidades de origem.

Também empregamos como fonte de coleta de dados a pesquisa documental e a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público tanto da comunidade rural (egressos) estudada quanto do IFPB.

Os dados foram analisados através da técnica de análise de discussão. O material coletado pode servir de um importante instrumento para a equipe responsável, por trabalhar

no programa, e um das contribuições deste trabalho – de oferecer à equipe profissional do programa, no Campus de Guarabira, informações relacionadas à pesquisa do PRONATEC CAMPO.

Quanto às limitações da pesquisa, o maior desafio foi encontrar as informações sobre os egressos e o programa de modo geral no IFPB - Campus Guarabira - tendo em vista que o PRONATEC passou por muitas mudanças de gestores.

Assim, considerando todos os aspectos abordados nesta pesquisa, concluímos que o curso é de suma importância assim como a continuidade de assessoria às comunidades para a formação e a manutenção do trabalho com cooperativas.

Sugerimos que seja criada uma política de incentivo à educação cooperativista, nas escolas do campo, desde o ensino fundamental, para que as crianças possam incorporar o legado e a filosofia de uma cooperativa. Outro ponto importante é a questão do trabalho em redes, para que ambas as comunidades estabeleçam a comercialização inicialmente entre elas, para depois negociar com o mercado externo a comunidade.

No que diz respeito aos resultados, constatamos que tanto os egressos do Sítio Carrasco quanto os do Caboclo conseguiram sua aprendizagem organizacional, na prática do cooperativismo rural, em que desenvolveram trabalhos coletivos e dinâmicas práticas. Quanto à contribuição do curso, consideramos sobremaneira importante para os egressos e para a comunidade, no contexto da atuação profissional, apesar de não terem conseguido se inserir no ramo do Cooperativismo, por não formarem cooperativas e não terem suportes de alguma entidade. Portanto, eles precisam do apoio de uma entidade que continue o trabalho, para que possam colocar em prática sua formação depois de terem concluído o curso realizado em sua comunidade de origem.

Com este trabalho científico, intencionamos deixar um uma contribuição nos campos social, político, acadêmico e institucional, na perspectiva de que outras pesquisas referentes à temática aqui estudada sejam desenvolvidas e propor soluções para os problemas evidenciados no decorrer de sua realização.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Atração passional, trabalho e educação em O novo mundo Industrial e Societário, de Charles Fourier. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 10, n. 1. 2007.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.109-134.

ANTONELLO, Cláudia Simone. A metamorfose da aprendizagem organizacional: uma revisão crítica. In: RUAS, R. L.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (org.) **Os novos horizontes da gestão**: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

ANTONELLO, Cláudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt: uma agenda brasileira para os Estudos em Aprendizagem Organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, p. 266-281, 2009.

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Organizational learning**: a Theory of Action Perspective. Reading/Mass: Addison-Wesley, 1978.

BARROS, Alexandre R. **Desigualdades regionais do Brasil**: natureza, causas, origens e soluções. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 5.

BISPO, Marcelo de Souza; GODOY, Arilda Schmidt. A etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação da aprendizagem nas organizações. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v.16, n.5, out. 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras

providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL Cooperativo. Disponível em: <www.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em: 07 mai. 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da *et al.* **O mundo rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Texto para discussão 1919, p. 50.

CHIVA, Ricardo; ALEGRE, Joaquín. Organizational Learning and Organizational Knowledge: towards the integration of two approaches. **Management Learning**. 2005, pp. 36-49.

CRANTON, P. **Understanding and promoting transformative learning: a guide for teachers of adults**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1994.

DALMOLIN, R. S. D. (2009). **Agricultura familiar: sustentabilidade e consciência ambiental**. Feira de Agro Pecuária de Tocantins, AGROTINS.

DEWEY, John. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Democracia e Educação: introdução à Filosofia da Educação**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DIBELLA, Anthony J.; NEVIS, Edwin C. **Como as organizações aprendem: uma estratégia integrada voltada para a construção da capacidade de aprendizagem**. São Paulo: Educator. 1999.

DODGSON, M. (1993). **Organizational Learning: a review of some literatures**. Organization Studies. v 14(3), p. 375-394.

DRIMER, Alicia Kaplan; DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas escolares**. 3. ed. Buenos Aires: Intercoop, 1987.

EASTERBY-SMITH, M. Disciplines of organizational learning: contributions and critiques. **Human Relations**, v. 50, n. 9, p. 1085-113, 1997.

FRANTZ, Walter. Educação para o cooperativismo: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Educação Cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, p. 59-108.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 26.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FIOL, Marlene C.; LYLES, A. Marjorie. Organizational learning. **Academy of Management Review**, Mississippi, v.10, n.4, pp. 803-813, 1985.

FIORINI, Carlos Gustavo; ZAMPAR, Antônio Carlos. **Cooperativismo e empreendedorismo**. Carapicuíba, SP: Pandorga Editora e Produtora, 2015.

FLEURY, A.; FLEURY, M.T.L. **Aprendizagem e inovação organizacional**. São Paulo, Atlas, 1997.

_____. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo**: primeiras lições. 2ª. Ed. Brasília: SESCOOP, 2005.

_____. **Cooperativismo**: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2007.

_____. **Cooperativismo**: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI C. (2004). **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar**. [S.l.]: NEAD/MDA, 32p. dez.

GUNS, B. **A organização que aprende rápido**: seja competitivo utilizando o aprendizado organizacional. São Paulo: Futura, 1998.

IFPB. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/proext/pronatec>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2017.

JORNAL da Paraíba. Disponível em: <www.jornaldaparaiba.com.br/>. Acesso em: 05 mai. 2016.

KIM, D. O elo entre a aprendizagem individual e a aprendizagem organizacional. In: KLEIN, D. A. **A gestão estratégica do capital intelectual**: recursos para uma economia baseada em conhecimento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LAUSCHNER, Roque. O pensamento cooperativo. In: MAY, Nilson Luiz (Coordenador). **Compêndio de Cooperativismo Unimed**. Porto Alegre: WS Editor; 1998.

LINDEMAN, E. C. **The meaning of adult education**. New York: New Republic, 1926.

LIPSHITZ, Raanan; POPPER, Micha; OZ, Sasson. Building learning organizations: the design and implementation of organizational learning mechanisms. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 32, n. 3, pp. 292-305, 1996.

LUZ FILHO, Fábio. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - 2010**. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

MCLEOD, H. Teacher' Working Knowledge: The Value of Lived Experience. **Ultibase articles**. Nov. 2001, p. 1-10.

MERRIAN, S. B.; YANG, B. A longitudinal study of adult life experience and developmental outcomes. **Adult Education Quarterly**, v. 46, n. 2, Winter 1996, p. 62-81.

MINAYO, Maria C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2011. 30ª edição.

NADLER, D.; GERSTEIN, M. S.; SHAW, R. B. **Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

NICOLINI, D.; MEZNAR, M. B. The social construction of organizational learning: conceptual and practical issues. **Human Relations**, 48 (7), 1995.

NONAKA, I; RYOKO, T. The knowledge-creating theory revisited: knowledge creation as a synthesizing process. **Knowledge Management Research & Practice**, n. 1, p.2-10, 2003.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 2016.

ODA, Nilson Tadashi. Cooperativas e empresas autogestionárias: trabalho, participação e desenvolvimento econômico e social. **Revista Mercado do Trabalho.** Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_28b.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2001. 319p.

PINHEIRO, Raimundo Fonseca. **A importância da educação cooperativista.** São Luís de Belos Montes: FMB; 2006. Disponível em: <http://www.fmb.edu.br/ler_artigo.php?artigo=100>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PRANGE, C. Aprendizagem organizacional: desesperadamente em busca de teorias. In: EASTERBY-SMITH, Mark; BURGOYNE, John; ARAUJO, Luís. **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática.** São Paulo: Atlas, 2001, pp. 41-63.

PRESIDÊNCIA da República. **Lei nº 12.513**, institui o PRONATEC. Brasília, 26 de outubro de 2011 (b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm>. Acesso em: 09 ago. 2015.

RELATÓRIO da ONU - “**Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e do Caribe**” junto a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/no-brasil-agricultura-familiar-representa-77-dos-empregos-no-setor-agricola/2013>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

RODRIGUES, Roberto. Cooperativismo, passado e presente. **Jornal Dia de Campo**.

Disponível em:

<<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=26519&secao=Colunas%20e%20Artigos>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

SALANEK Filho, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da Cooperativa Copacol. Curitiba: UNIFAE, Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento), 2007.

SALDANHA, Letícia de L. W. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. UCS – Universidade de Caxias do Sul; Mato Grosso do Sul – MS, 2012.

SAMPAIO Filho, J. A. (2005). **Campo, o grande empregador do Brasil**. Jan. edição 57. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SANTOS, Reginaldo C. **O cooperativismo como forma de desenvolvimento humano e de inclusão social**: um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) - Fundação Visconde de Cairu - Salvador, Bahia, 2009. p. 10.

SCHNEIDER, José O. (org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: SESCOOP, 2003.

_____. **Educação e capacitação cooperativa**: sua importância e aplicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SEBRAE. Cooperativas: **Série Empreendimentos Coletivos**: cooperar para competir (2009). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/serie-empreendimentos-coletivos-cooperar-para-competir>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SENGE, P. **A quinta disciplina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 1999.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Histórico de cooperativas**. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/ramos/evolucao_historica.asp>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SIMON, Herbert A. **Administrative behavior**. New York: The Free Press, 1997.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STACEY, R.D. **Pensamento estratégico e gestão da mudança**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch; FISCHER, André Luiz. Processos de aprendizagem organizacional no desenvolvimento de competências em instituições de ensino superior para a oferta de Cursos superiores de tecnologia [CSTS]. **Revista de Administração Contemporânea**. 2010, vol.14, n.5, pp. 818-835. ISSN 1982-7849.

TAMKIN, P.; BARBER, L. **Learning to manage**. Inglaterra: Ikon Office Solutions, 1998.

TEIXEIRA, A. A pedagogia de Dewey. In: DEWEY, J. **Vida e Educação**. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

TELES, Luciana; CORREA, Dalila Alves. **Aprendizagem organizacional e desenvolvimento de lideranças**: um estudo inicial. 5 amostra acadêmica. UNIMEP. 23-25 out. 2007.

TOMEI, Patrícia Amélia; SOUZA, Daniela Arantes Alves Lima Alceu. **Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro**. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3312/331232580009.pdf>> Acesso em: 12 out. 2015.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 2002.

YUMKELLA, K.; TORBEN, P.; ROEPSTORFF, M. *et al* (Editors) United Nations Industrial Development Organization (UNIDO). (2011) **Agribusiness for Africa's prosperity**, fev. 2011. Disponível em: <http://www.unido.org/fileadmin/user_media/Services/AgroIndustries/Agribusiness_for_African_Pro Prosperity_e-book_NEW.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

APÊNDICE A
ROTEIRO / ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

Vanderlan Bento dos Santos Gomes
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz (MPGOA/UFPB)

ROTEIRO / ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Para você, qual o principal significado do Cooperativismo?
- 2) Que nota você daria ao Curso? Explique.
- 3) Você já conhecia o Cooperativismo antes de iniciar o Curso FIC do PRONATEC Guarabira? Já havia feito algum Curso? Explique.
- 4) Como você soube do Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista em sua comunidade?
- 5) Você participou de alguma cooperativa antes de fazer o Curso?
Sim () Não (). Qual?
- 6) Quais as aprendizagens mais importantes no Curso FIC?
- 7) Em sua opinião, quais aprendizagens foram mais relevantes nas disciplinas estudadas: Fundamentos do Cooperativismo; Legislação Cooperativista; Administração de Empresas Cooperativistas; Direito do Consumidor; Motivação e Trabalho em Equipe e Projeto de Empresas Cooperativistas (Empreendedorismo)?
- 8) Quais contribuições o Curso FIC de Agente de Desenvolvimento Cooperativista lhe proporcionou?
- 9) Quais as dificuldades que sentiu durante o Curso de formação?
- 10) Quais foram as vantagens de ter realizado o Curso no local de origem?
- 11) Quais foram os princípios que você aprendeu nas aulas durante o Curso?
- 12) Como foi sua participação nas aulas? Explique.
- 13) Nas aulas, a relação entre teoria e prática ajudou você a entender como se constrói uma cooperativa?
Sim () Não () Explique.
- 14) Depois de concluir o Curso, você conseguiu colocar em prática a teoria estudada em sala de aula?
Sim () Não () Explique.

15) Depois do término do Curso, vocês conseguiram formar uma cooperativa ou fortalecer a já existente?

Sim () Não () Explique.

16) Você hoje está inserido (a) em alguma cooperativa na cidade de Guarabira?

Sim () Não () Explique.

17) Vocês têm recebido de alguma Instituição ou Entidade algum tipo de apoio para consolidar o Cooperativismo em sua comunidade? Quais? Explique.

18) Quais as contribuições que o PRONATEC do IFPB Guarabira tem dado para consolidar o Cooperativismo para os que já concluíram o Curso? Explique.

19) Se pudesse escolher, você faria o PRONATEC de novo? Acha que valeu a pena? Ajudou em quê? Ajuda a formar cooperativa?

20) Dados do entrevistado

Idade: () 16 a 35 anos () 36 a 55 anos () Mais de 60 anos

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado civil:

() Solteiro () Casado () Viúvo () Outros

Escolaridade:

() Não alfabetizado () Ensino Fundamental () Ensino Médio

() Ensino Superior () Pós-graduação

Tempo de experiência com Cooperativas:

() Mais de três anos () De um a dois anos () Nenhum

Tempo de experiência com associativismo:

() Mais de três anos () De um a dois anos () Nenhum

Tempo de Curso finalizado em Cooperativismo:

() Mais de três anos () De um a dois anos () Nenhum

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
MESTRADO - GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: O CURSO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA SOB A ÓTICA DOS EGRESSOS

Pesquisador: Vanderlan Bento dos Santos Gomes, (83) 98887-9157, vanderkov@hotmail.com/vanderlanbsg@gmail.com.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz. Rua Seixas Maia, 55 – Apto 708. Telefone: (83): 98737-7147 E-mail: adrianaavsdiniz@hotmail.com

Local do estudo: Sítio Caboclo e Sítio Carrasco – SN - Zona rural, Guarabira - Paraíba. CEP: 58200-000.

Objetivo: Analisar as contribuições para os alunos egressos do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Campus de Guarabira, no estado da Paraíba, no tocante à aprendizagem organizacional.

Descrição do estudo: Serão realizadas entrevistas semiestruturadas sobre o tema em estudo.

Riscos: O trabalho não apresenta riscos previsíveis para os participantes, conforme a Resolução 466/12 da CONEP/MS. Se esses riscos surgirem, serão menores do que os benefícios proporcionados pela pesquisa. E respeitando os preceitos éticos, caso o (a) senhor (a) sinta alguma espécie de desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta dos dados da pesquisa, ela será imediatamente interrompida. **Confidencialidade:** Além do (a) senhor (a) e de nós, pesquisadores, ninguém terá acesso aos seus dados sem o seu consentimento, não haverá qualquer identificação na pesquisa, e suas respostas serão analisadas em grupo de distribuição de frequência. Quando os dados forem apresentados em congresso e publicados, não serão utilizados quaisquer meios que os identifiquem.

Participação voluntária: Sua participação é voluntária. Isso significa que o (a) senhor (a) não receberá nenhum tipo de pagamento por participar da pesquisa. E se concordar em colaborar voluntariamente e se não tiver nenhuma dúvida, gostaríamos que assinasse este termo. Depois de assinar, o (a) Senhor (a) poderá retirar seu consentimento ou recusar-se de participar, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo.

Eu, _____ RG _____, aceito participar da pesquisa acima descrita. Estou ciente de que se trata de uma atividade voluntária, portanto, sem remuneração. Nesses termos, posso recusar e/ou retirar esse consentimento sem prejuízo a qualquer hora.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária – 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
Telefone: (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Profa. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz (Orientadora)

Vanderlan Bento dos Santos Gomes (Pesquisador)